

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Segurança Pública**

Local: **externo**

Município: **Divinópolis**

Data: **25/5/2010**

Horário: **10 horas**

Folhas: **104**

Duração: **3h20min**

Presidente: **Deputado João Leite**

Deputados: **Deputada Maria Tereza Lara**
Deputado Domingos Sávio
Deputado Doutor Rinaldo Valério
Deputado Durval Ângelo

Participantes: **Prefeito Vladimir de Faria Azevedo**
Vereador Gilberto Machado
Promotor Fábio Barbieri Caetano
Delegado Federal Daniel Souza Silva
Sra. Cláudia Brígido
Sra. Maria das Graças Silva Torres
Sra. Elizânia de Oliveira Silva Leal
Sra. Dirlene Maria Soares
Ten.-Cel. Eduardo Campos de Paulo
Delegada Aparecida Dutra de Barros Quadros
Maj. Luiz Antônio Alves de Matos
Defensor Público Vanderlei Capanema
Ten. Rodrigo
Sr. Half Carvalho

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
15ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura
25/5/2010 - 10 horas **Pág.: 2**

O Sr. **Presidente (Deputado João Leite)** - Há número regimental. Declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura. Solicito aos Deputados que registrem presença nos postos de habilitação.

Conforme prevê o Regimento, dispenso a leitura da ata e a dou por aprovada.

Esta reunião tem a finalidade de discutir questões relativas à segurança pública na Região Integrada de Segurança Pública - Risp - de Divinópolis e de discutir e votar proposições da Comissão.

Agradeço muito a presença do Deputado Domingos Sávio, Líder da Maioria da Assembleia Legislativa, e do Deputado Doutor Rinaldo Valério. Sou o Deputado João Leite e está conosco também a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente desta Comissão de Segurança Pública.

Gostaria de convidar para tomar assento à mesa as Sras. e os Srs. Prefeito Vladimir de Faria Azevedo, de Divinópolis - e lhe agradeço muito o apoio dado para que realizássemos esta audiência pública aqui; Ten.-Cel. Eduardo Campos de Paulo, Comandante do 23º Batalhão de Polícia Militar, aqui representando o Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral; Maj. Luiz Antônio Alves de Matos, Comandante do 10º Batalhão de Bombeiros Militar; Fábio Barbieri Caetano, Promotor de Justiça, aqui representando o Dr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Daniel Souza Silva,
Código do documento: 800762

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
15ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura
25/5/2010 - 10 horas **Pág.: 3**

Delegado-Chefe da Polícia Federal em Divinópolis, representando o Dr. Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Cláudia Brígido, Mediadora da Integração de Gestão de Segurança Pública - Igesp -, representando o Dr. Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Estado de Defesa Social; Elizânia de Oliveira Silva Leal, Analista de Desenvolvimento em Políticas Públicas, representando a Sra. Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Dirlene Maria Soares, Diretora Adjunta da Gerência Regional de Saúde de Divinópolis, representando o Dr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Vanderlei Capanema, Defensor Público e Coordenador Regional da Defensoria em Divinópolis, representando o Dr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral; e Vereador Gilberto Tavares Machado, representando o Vereador Edmar Antônio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis. O Delegado João Pedro de Rezende ainda não chegou, mas o aguardamos para fazer parte da Mesa, já que fará apresentação sobre esta Risp.

Registro a presença do Sr. Átila Alves e Costa, Gerente Regional da Fiemg, a quem agradeço muito a parceria com a Assembleia Legislativa pela cessão deste belíssimo auditório para a realização desta audiência. Muito obrigado.

Convido também o Sr. José Vitor de Freitas, Presidente da Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública - Acasp -, para se sentar conosco à Mesa. A participação comunitária é muito importante para a segurança Pública. Muito obrigado, José Vitor, pela

sua presença e pela contribuição que trará a esta audiência. Todos insistem muito, então pergunto se a Dra. Aparecida, Delegada Regional, está aqui.

O Sr. ... - Ela está aqui.

O Sr. Presidente - Falei que o Dr. João Pedro está chegando, mas estão querendo que a senhora venha para a Mesa. (- Risos.) Estou sofrendo uma pressão enorme dos Deputados Doutor Rinaldo Valério e Domingos Sávio e da Deputada Maria Tereza Lara. O Prefeito está pressionando também. (- Palmas.) O Dr. João Pedro perdeu o lugar, não é mesmo? (- Risos.) Gostaria de agradecer a presença de todos.

O governo de Minas, por sua política de segurança pública, fez a proposta de integração das forças de defesa social, das forças de segurança, Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros Militar. Assim, a Assembleia Legislativa, por meio desta Comissão de Segurança Pública, tem feito o esforço de ir às 18 Risps do Estado. Estamos completando 13 visitas com esta de hoje. Já estivemos em Uberaba, Uberlândia, Montes Claros, Teófilo Otôni, Unai, Governador Valadares, Juiz de Fora, Barbacena, Curvelo, Contagem - ontem -, e outras, para colher as informações desse trabalho integrado.

E, ao final, nos dias 11, 12 e 13 de agosto, realizaremos um fórum técnico na Assembleia Legislativa, para o qual já convidamos todos vocês. Como todos sabemos que a questão do tráfico de drogas e de usuários e dependentes químicos foi especialmente apontada no Estado, esse fórum técnico se chamará "Segurança Pública - Drogas, Código do documento: 800762

Violência e Criminalidade". Contaremos com a presença de representantes dos governos federal e estadual, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública e faremos uma análise dos relatórios sobre essas nossas visitas às Regiões. O Dr. Gustavo e o Dr. Lincoln, da Consultoria da Assembleia, estão elaborando esses relatórios da Comissão de Segurança Pública, que, consolidados, serão analisados nesse fórum técnico. A partir desse evento e dessas visitas, a Assembleia Legislativa publicará um livro para subsidiar os Deputados durante a votação do Orçamento do Estado deste ano. Por isso que as informações sobre efetivo e carência de equipamentos e recursos são importantes para a Assembleia. A publicação desse livro também subsidiará a Assembleia Legislativa durante a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, que vigorará nos próximos cinco anos.

Portanto, as audiências que temos realizado no Estado são muito importantes; nelas temos a oportunidade de ouvir diversas autoridades e também a comunidade, que tem contribuído bastante com participação e informações. E sempre convidamos representantes do governo que atuam em áreas preventivas, como educação, saúde, assistência social, esportes e políticas antidrogas, para participar dessas audiências. Todos os dados gravados e as notas taquigráficas das reuniões farão parte desse importante documento da Assembleia Legislativa e serão usados nas políticas que ela adotar.

Antes de passar a palavra aos oradores, gostaria de fazer uma saudação especial ao meu primo Wilson Leite, que se encontra aqui

presente. Ele nos abandonou, acabou mudando-se definitivamente para cá. É aposentado da Telemig nesta cidade, onde já mora há muitos anos.

O Deputado Domingos Sávio - Ele já é nosso.

O Sr. Presidente - O Deputado Domingos Sávio está dizendo "Ele já é nosso". Não tem jeito mesmo: as pessoas da família Leite reclamam a presença dele lá embaixo, mas ele acabou ficando por aqui mesmo. Wilson, poder revê-lo é uma grande alegria para mim. (-Intervenção fora do microfone.) O Prefeito está falando que o Wilson Leite está aqui produzindo leite.

Inicialmente, passo a palavra ao Prefeito Vladimir Azevedo, que fará as suas considerações iniciais.

O Prefeito Vladimir de Faria Azevedo - Bom dia a todos os amigos, amigas, cidadãos, cidadãs, lideranças políticas presentes e membros das nossas forças de segurança, que também zelam por nosso bem precioso: nossas famílias. Quero saudar o Deputado João Leite, meu amigo partidário e grande ídolo atleticano - não podia deixar de falar isso, Deputado Domingos Sávio. Cumprimento os Deputados Domingos Sávio e Doutor Rinaldo Valério, bem como a querida Deputada Maria Tereza Lara, que nos dá o prazer e a honra de recebê-la novamente em Divinópolis. Na pessoa do Ten.-Cel. Eduardo, que representa o Comandante-Geral e o Cel. Rogério, cumprimento todos os membros desta Mesa de trabalhos, bem como as seguintes autoridades: o Vice-Prefeito Francisco Martins, que me honra com a sua presença e a sua caminhada; os Vereadores Beto e Geraldinho e todos os outros, até

Código do documento: 800762

de outras cidades, que aqui possam estar. Cumprimento ainda o Poder Judiciário, o Ministério Público e as demais forças de segurança. Sintam-se todos abraçados. Que possamos ter uma manhã produtiva.

Esta audiência pública tem efeito regional, e o Poder Legislativo tem papel fundamental na construção dessas políticas públicas e nesse desafio. Gostaria de parabenizar a Assembleia Legislativa, por meio da Comissão de Segurança Pública, na pessoa do Deputado João Leite, pela sua proatividade. Acredito que primeiramente temos de ter coragem de encarar esse tema para reconhecermos que precisamos sair da zona de conforto e ir para o combate, ao encontro da sociedade. Portanto, fico feliz em ver o Poder Legislativo de Minas, a Casa dos mineiros, atento e acordado para essa questão da segurança.

Como gestor público de uma das maiores cidades de Minas, talvez posso afirmar que segurança e saúde pública são os dois maiores desafios da política pública moderna. Demandas infinitas crescem, e a cada momento surgem novos desafios que se tornam mais complexos neste século XXI. Para que possamos avançar na área da segurança pública, essas duas questões - saúde e segurança - compõem as necessidades básicas do ser humano e das famílias. Para isso, precisamos de bons diagnósticos, que se fazem na base, ou seja, com os Deputados saindo do Palácio da Inconfidência, na Rua Rodrigues Caldas, e indo até as cidades do interior, para discutir com quem vive os problemas. Dessa forma, de posse de um diagnóstico bom, real e construído na base, poderemos elaborar bons planos e prognósticos.

A segurança pública tem um caráter importante na prevenção. Antes de a polícia ir às ruas, temos de pensar muito na prevenção, pois, assim, evitaremos que crimes e sequestros aconteçam. E, para isso, devemos ter políticas públicas se cruzando na área de esportes, na área social e na área de cultura. É isso que estamos tentando construir aqui em Divinópolis. Como exemplo, cito um projeto esportivo que acontece nas escolas através de uma parceria com o Guarani, que agora subiu de divisão e está disputando o título de campeão do Módulo II. Deputado João Leite, tentamos levar esses projetos sociais à base, de forma que os alunos participem da peneira natural ao serem estimulados com a bandeira do Guarani. Outro exemplo são os projetos culturais, como o Fazendo Arte, feito em parceria com empresas privadas como a Gerdau, que atende a mais de 1.500 crianças no ensino de musicalização, nas periferias. São mais de 11 escolas envolvidas.

Na área social, há vários projetos em parceria com o governo federal, como o ProJovem e o Casa Familiar Rural - aliás, estamos na quarta casa. No programa ProJovem, de Divinópolis, mais de 1 mil pessoas foram atendidas, o que significa um diferencial para avançarmos. Há um programa municipal que se chama Pró-Adolescente. Quando o iniciamos, havia aproximadamente 45 crianças, e hoje mais de 100 já foram atendidas. São crianças com risco de vulnerabilidade, às quais oferecemos emprego e bolsa de estudos; elas trabalham na Prefeitura em funções básicas. Tudo isso significa prevenção. Na área educacional, trabalhamos com projetos de cidadania, como a educação

de jovens e adultos, muito importante. No nosso governo, mais que duplicamos o número de jovens e adultos nas escolas: eram 450 e, hoje, são mais de 1 mil; e fornecemos vales-transporte, porque vimos que isso era um gargalo.

Pode parecer que estou desfocando o objetivo desta reunião pelo que estou falando, mas creio que não, porque não queremos tratar políticas públicas como um caixotinho, considerar que segurança pública seja Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, delegacias e presídios de colônia penal; segurança pública é o reflexo de muitas políticas sociais que se desembocam nessa área no sentido lato, no sentido etimológico da palavra. E temos de trabalhar também a prevenção contra drogas. Entendo que, num diagrama de causa e efeito, droga é a raiz de muitos problemas que serão discutidos aqui. Encontra-se aqui o Sr. João, diretor da nossa colônia penal. Se formos até lá fazer um levantamento sobre causa e efeito de crimes, veremos que a raiz de mais de 80% deles está ligada a drogas. Nesse sentido, recebemos forte apoio do Conselho Municipal Antidrogas, e há outras parcerias em crescimento, como a das casas de recuperação - e registro aqui a presença do Sr. José Levi, que faz um belo trabalho na Casa Esperança e Vida Nossa Senhora de Fátima. Então, queremos avançar nas causas, se não conseguirmos cercá-las com prevenção, e partiremos para a recuperação nas casas, tentando evitar que pessoas que, infelizmente, deram esse passo errado retornem às drogas. Queremos trabalhar não só com a pessoa que deu esse passo, mas também com a sua família, porque uma pessoa que dá esse passo, que vai para

esse mundo, destroi toda a sua família, e não há como construirmos uma sociedade sem famílias equilibradas.

Quanto a combater crimes, contamos com a presença firme das forças de segurança para enfrentar traficantes e criminosos com o aparato devido. Fizemos boas conquistas nessa área. O quadro efetivo das forças de segurança de Divinópolis cresceu muito; o número dos nossos aparelhos, equipamentos e viaturas cresceu muito no governo Aécio Neves e Anastasia. Em Divinópolis, contamos com um curso técnico na área de segurança pública, recente, que montamos articulados com o Deputado Domingos Sávio e em colaboração com o Deputado Doutor Rinaldo Valério. A primeira turma se formou no ano passado, e tive o privilégio de ser o paraninfo dela. Setenta pessoas ficaram aqui em Divinópolis - ainda brinquei que o nosso claro ficou escuro, que conseguimos, de certa maneira, tampar um déficit. Então, sabemos que se trata de um desafio permanente, mas estamos avançando.

Na questão do combate ao crime, a prefeitura teve um papel de articulação importante, e hoje temos o privilégio de contar com uma delegacia regional da Polícia Federal, que vem somar-se às forças já existentes para combater vários crimes. Essa é a missão constitucional mais forte da Polícia Federal - aliás, o Dr. Daniel se encontra aqui. E nos somamos às demais forças de segurança; a Prefeitura mantém convênio com todas elas, de uma maneira ou de outra. Mesmo entendendo que não seja missão constitucional da Prefeitura, do ponto de vista orçamentário, fazer segurança pública, os cidadãos são divinopolitanos, então temos de somar esforços para

defender a vida e preservar a dignidade deles; por isso temos esses convênios. Recentemente assinamos um convênio de R\$10.000,00 com a Polícia Militar. A contrapartida que exigimos, Deputados João Leite, Doutor Rinaldo Valério e Domingos Sávio e Deputada Maria Tereza Lara, foi que a polícia aumentasse a equipe do Proerd nas escolas e esse trabalho de prevenção junto aos alunos. Isso porque, trabalhando mais com prevenção, gastaremos menos esforço na recuperação e no combate ao crime, meu caro amigo Promotor Fábio Barbieri. Mantemos parceria também com os policiais do Gepar, mas o envolvimento da comunidade nas áreas de risco é fundamental.

Sabemos que só venceremos com a presença da comunidade. A própria Constituição Federal já nos chama a atenção para isso, em que, aliás, Divinópolis dá exemplo com a presença da Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública - Acasp -, representada pelo Sr. José Vítor, e dos Conseps. As forças de segurança pública se reúnem aqui, semanalmente, para discutir o tema segurança pública. É pauta; a comunidade participa; buscam-se auxílios junto a empresários para ajudar na logística e no aparelhamento. Por isso estamos de parabéns: não existe superação por prevenção, com trabalho na recuperação e no combate a crimes sem o envolvimento da comunidade. Não há força de segurança que dê conta. Nesse sentido, Divinópolis é modelo.

Por fim, quero dizer que há algo que nos vem preocupando muito e com o qual temos de ficar atentos: a droga chamada "crack". Semana passada houve a marcha dos Prefeitos em Brasília - mais de 3

mil participaram -, à qual o Presidente Lula esteve presente. Um dos clamores dos Prefeitos - e que o Presidente se prontificou a atender - é que haja uma política pública nacional de combate ao "crack". Uma pesquisa realizada nesse final de semana mostrou que, na população da zona Norte de Belo Horizonte, 95% dos usuários de drogas já afirmam usar "crack", droga barata. Aqui estou falando para especialistas, portanto dispenso qualquer comentário mais profundo sobre os problemas que tal droga causa, a dependência e os efeitos nocivos na ação de quem a usa. Na zona Sul de Belo Horizonte, 45% dos usuários de droga afirmaram usar "crack". Esse é o desafio: uma política pública nacional que envolva todos os entes federados. Hoje, no programa "Café com o Presidente", o Presidente Lula confirmou esse compromisso. Esperamos que haja articulação entre os entes federados e que a União puxe esse fio para haver financiamento e condições de atuarmos cada vez mais na prevenção, na recuperação e, claro, no combate ao crime com a firmeza necessária contra traficantes, que tentam destruir as famílias e a sociedade. Mas acredito no Estado de Direito, no bem e, com certeza, unidos e articulados, venceremos. Muito obrigado e um bom-dia de trabalho a todos.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Prefeito Vladimir, pela apresentação. É um prazer para a Assembleia Legislativa estar aqui, hoje.

Desde o momento em que fizemos contato com o Prefeito, ele nos deu o maior apoio para a realização desta audiência. Gostaria de agradecer-lhe isso.

Com prazer, registro a presença de Christina Diniz, representante do Conselho Estadual da Mulher, e do Gustavo, representante da Secretaria de Esporte e Juventude. Eles também fazem parte da comissão que está elaborando o fórum técnico de segurança pública, que acontecerá na Assembleia Legislativa.

Queria apenas dar um recado ao Wilson: o Governador Anastasia está restaurando a Estação... (- Inaudível.) ...que se chamará Centro Cultural Didi Leite. É muita alegria para nós, não é mesmo? Ela se localiza bem na beira do Rio Pará.

Passarei a palavra aos Comandantes da Risp ou a seus representantes. O Ten. Cel. Eduardo Campos de Paulo é Comandante do 23º Batalhão de Polícia Militar, mas representa esta Risp. Já que torceram tanto para que o Dr. João Pedro não chegasse, a Dra. Aparecida também representará a Risp, juntamente ao Ten. Cel. Eduardo e ao Maj. Luiz Antônio Alves de Matos, Comandante do 10º Batalhão de Bombeiros Militares; falarão sobre os números e a integração da referida Região. Neste momento, os três têm a palavra; então, organizem-se na apresentação.

A Delegada Aparecida Dutra de Barros Quadros - Bom-dia a todos. É com a maior satisfação que represento aqui o Dr. João Pedro de Resende. Desde já, cumprimento os Srs. Deputados presentes à Mesa e as demais autoridades. Com maior desenvoltura posicionamo-nos frente aos problemas da nossa Região. Por se tratar do 7º Departamento em Divinópolis, há maior integração entre ele a

proximidade da regional. Sinto-me à vontade e em condições de fazer essas colocações em nome do nosso chefe, Dr. João Pedro.

Antes da nova articulação territorial da Polícia Civil, havia sete regiões que faziam parte do 7º Departamento; hoje, em razão da extensão territorial e das diferenças significativas em todo o conjunto de problematização da criminalidade, nossa chefia entendeu por bem dividir nossa região e criar outro departamento. Dessa forma, hoje há o 18º Departamento, que abrange parte das nossas unidades. O 7º Departamento ficou responsável em administrar operacional e administrativamente as Regiões de Bom Despacho, Divinópolis, Formiga e Pará de Minas.

Embora hoje o departamento esteja concentrado em quatro Regiões, ainda há diferenças entre elas. No entanto, são diferenças possíveis de se resolverem nas quatro regionais. Juntamente a nossa chefia maior, o Dr. João Pedro, e, quando necessário, elas são encaminhadas ou deslocadas até Belo Horizonte, para que nosso superintendente faça as devidas colocações. Atualmente, traçamos alguns detalhes próprios da criminalidade regionalizada, fato que gerou a criação territorializada do policial. A Polícia Civil, assim como o Corpo de Bombeiros, não possui a capilaridade da Polícia Militar, no entanto possuímos a territorialidade, daí a nossa condição de responder por determinada Região tratando dos assuntos de segurança com o conhecimento e a profundidade que merece.

Como bem salientou o nosso Prefeito, em Divinópolis há sérios e graves problemas, em especial os que envolvem a utilização

de "crack". Por mais de uma vez, dissemos que estatisticamente o tráfico e o consumo de drogas, em especial e ultimamente o "crack", é o fomentador das demais práticas de crime. Srs. Deputados, fazendo um paralelo nesta cidade, há um acentuado índice de crimes de furtos e de roubos; além disso há também homicídios. O tráfico de drogas é o pano de fundo para tudo isso. Nós, o Cel. Eduardo e o Maj. Matos, enquanto segurança pública e cômicos disso, sabemos que todas as nossas ações devem estar voltadas para uma coordenação mais integrada e profunda em torno do tráfico de drogas, pois tendemos a minimizar os efeitos da utilização de drogas.

Infelizmente, há órgãos de polícia voltados tão só para a repressão enquanto policiais. Devemos desenvolver não apenas a repressão, o que não fazemos. Como o Prefeito disse, agora há maior incremento nos programas das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros voltados para as atividades sociais, para que possamos fazer a repressão qualificada. Aproveitando para abrir um parêntese, na Polícia Civil há as metas básicas, como a produção de inquérito e de TCOs. A questão de medir segurança é muito subjetiva, por isso, pela determinação governamental, estabeleceram-se termos de medir a produtividade de inquéritos elucidados encaminhados pela Justiça. Daí originou-se a qualidade dos inquéritos, uma questão debatida e discutida na polícia. Aliada à produtividade de inquéritos há a parte de elucidação de crimes.

Mensalmente, temos acompanhado o número de crimes elucidados na nossa região, seja em Divinópolis, seja em quaisquer

das áreas que compõem o 7º Departamento. Temos que fazer essa prestação de contas porque não basta fazermos o início de portaria e a instauração de inquérito, o que abarrotará o Poder Judiciário com inquéritos sem subsídios para que se ofereçam a denúncia e a persecução penal. Aliado a esse trabalho de instauração e conclusão de inquéritos, vem a taxa de esclarecimento de crimes. Aqui, há três Delegados representando os demais, que, em razão de serviço, não puderam participar. Eles vivenciam essa questão de esclarecimento do crime no dia a dia. Uma vez praticada a infração penal, a Polícia Civil tem que buscar elucidar o crime, indicar a sua autoria, determinar as suas circunstâncias e motivação e levar tudo isso ao Poder Judiciário concisamente, a fim de que o Ministério Público ofereça denúncia e o processo flua até a condenação ou absolvição do acusado. Entendemos que privação de liberdade é medida que se adota em condições extremas, pois se refere ao direito do indivíduo de ir e vir. Quando há necessidade de se fazer o pedido de prisão cautelar e o Ministério Público e o Poder Judiciário comunguem da necessidade dessa repressão, há a prisão dos envolvidos.

Em se tratando de tráfico de drogas em Divinópolis, infelizmente registramos nove homicídios este ano - digo infelizmente porque não queríamos nem um. O nosso objetivo é zero homicídios ou, de acordo com a meta, um ou dois no trimestre, mas houve nove. No que diz respeito ao trabalho da Polícia Civil com os demais órgãos de defesa social, desses nove homicídios, seis foram elucidados e os dois últimos estão com conclusão e exames laboratoriais encaminhados

a Belo Horizonte; são os que faltam para alcançarmos a taxa de elucidação dos nove. Entretanto, homicídio é de difícil elucidação; demora e demanda trabalho de maior intensidade dos nossos investigadores e Delegados. Entre esses nove homicídios, dois estão nos trazendo muita dificuldade, mas buscamos elementos e indícios com os quais seja possível trabalhar, para que os Delegados e investigadores possam dar uma resposta à sociedade.

Também existe a chamada criminalidade violenta, que são os crimes de roubo, e não somente os praticados com arma de fogo ou levando grandes valores, mas roubo de celular ou carteira, por exemplo. Apenas o fato de se ser abordado na rua e de se ter algum bem subtraído gera grande insegurança na população. Sempre pesquisamos o registro eletrônico de ocorrências policiais, ferramenta eficaz para acompanharmos, diuturnamente, a evolução dos fenômenos da criminalidade - o crime por si só e os crimes sazonais, que são situações que ocorrem. Entre esses nove crimes, apenas dois são sazonais; foram praticados sem o envolvimento de tráfico de drogas; os demais são fenômenos da criminalidade que envolvem tráfico, daí a nossa preocupação com eles. O crime de roubo merece a nossa atenção; as Polícias Civil e Militar e os demais órgãos estão tratando dele. Não posso dizer que já estamos comemorando, porque o objetivo é abaixar o número de ocorrências a zero, mas isso é quase impossível, porque a prática de uma infração faz parte do fenômeno social. Estudiosos dizem que impedir o acontecimento de um crime é quase impossível. Como segurança pública, impedimos o fenômeno da

criminalidade reiterada; essa é a nossa preocupação maior. Todos nós envolvidos já estamos atentos ao fenômeno da criminalidade no aspecto de roubo; temos sentido que todas as ações de repressão qualificada e de prevenção das Polícias Militar e Civil, do Corpo de Bombeiros e dos demais órgãos... Aliás, como disse o Prefeito, toda quarta-feira nos reunimos para tratar da criminalidade - nós, órgãos técnicos envolvidos; sociedade civil organizada; e outros órgãos não envolvidos diretamente com segurança pública, mas que trabalham com prevenção; e também comparecem às reuniões o Creas, o Cras, os órgãos da Prefeitura e as Secretarias. Fazemos isso para que tenhamos uma cidade ordeira e organizada.

Não podemos nos esquecer do grupo de que fazemos parte e que trata as questões da segurança pública no aspecto social: o Grupo Aliança da Cidadania, que é pioneiro em Divinópolis e nos tem trazido tranquilidade. Então, todos os órgãos envolvidos estão buscando não reprimir, mas organizar a sociedade, para que não haja a desordem que resulta na prática de delitos, pois a desordem é a mãe do crime.

Então, todos os trabalhos do Grupo Aliança da Cidadania são discutidos e se voltam para garantir ao cidadão viver em uma sociedade ordeira. Nos demais crimes monitorados e que nos trazem preocupação, estão os crimes contra o patrimônio. Em Divinópolis, além dos crimes de roubo contra o patrimônio, que entendemos ser violentos, há os crimes contra o patrimônio na modalidade furto. Esse tipo de crime é praticado reiteradamente, principalmente quando as pessoas deixam as suas residências e se deslocam para outro lugar.

Como representantes da área de segurança pública, perguntamos: o cidadão não tem direito de sair, de passear? Em virtude da própria preocupação, tem de se fechar e viver entre grades para que crime não ocorram? A responsabilidade dos órgãos de segurança é oferecer condições para que a sociedade viva o seu dia a dia sem preocupação, sem medo de retornar às sua casa ou de ela ser invadida. Então, há também a prática de furtos. Temos acompanhado os autores desse tipo de crime, que infelizmente estão relacionados a pagamento de dívidas de drogas. Novamente o tráfico de drogas fomenta essa prática.

Saindo de Divinópolis, há a região de Formiga, que é um pouco diferente. Arcos traz muita preocupação, pois há concentração de crimes. Bambuí também apresenta uma concentração maior de crimes, mas em níveis menores que Divinópolis. Para a população local, essa é uma situação preocupante. Saio de Formiga e passo para Bom Despacho. Peço a atenção dos Srs. Deputados, aliás, não apenas dos senhores, mas também de todos os segmentos organizados para a cidade de Nova Serrana: na Integração e Gestão de Segurança Pública - Igesp -, de que participamos ora como Secretaria Executiva, ora como representante do nosso chefe Dr. João Pedro, verificamos que essa cidade não ter estrutura para enfrentar criminalidade. Então, gostaria de solicitar que se discuta em âmbito maior a situação de Nova Serrana. Junto a ela, que é da regional de Bom Despacho, está Pompéu, cidade que também nos preocupa, mas em menor escala. Saindo de Nova Serrana, quanto à cidade de Pará de Minas, sentimos muita preocupação pela carência do efetivo da Polícia Civil lá. Pará de

Minas atende hoje a sete cidades; dessas, poucas são as que possuem Delegados e equipes de policiais civis, apesar de as prefeituras ajudarem muito em Divinópolis e nas demais cidades. Na região de Pará de Minas, Pitangui nos causa uma das maiores preocupações, assim como Papagaios, por causa da criminalidade. Bem perto de nós está a cidade de São Gonçalo, que, até então, pertencia a Divinópolis e também possui um nível elevado de criminalidade. Voltando para Divinópolis, ressalto a preocupação com a cidade de Itaúna, com 80 mil habitantes, que também abrange Itatiaiuçu e está muito próxima da região metropolitana, o que acaba por lhe fazer sentir os problemas de criminalidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em todas essas cidades que citamos, pela proximidade com Belo Horizonte e pela facilidade de acesso com a duplicação das BRs-262 e 050, as rotas de fuga, de evasão de criminosos é também preocupante, então carecemos do apoio incondicional da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Rodoviária Estadual. Temos acompanhado a Polícia Rodoviária Estadual e já fizemos alguns encontros com a Polícia Rodoviária Federal. É necessário trabalharmos em conjunto as questões da criminalidade que vem migrando da região metropolitana para essas regiões que citei, em especial Divinópolis, Itaúna, Pitangui, Papagaios, Pará de Minas e Nova Serrana. Em nome da nossa chefia, quero dizer que carecemos discutir a situação dessas cidades.

Poderia continuar falando, mas me abstenho e deixo para me manifestar mais no debate, mesmo por que outras pessoas vão

pronunciar-se e darão continuidade ao assunto. Pelo momento, muito obrigada pela atenção.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Gostaria de registrar a presença dos Vereadores Roberto Pedro Bento, José Geraldo Pereira e Pastor Paulo César; do Sr. João Batista Matos, administrador do presídio de Floramar; do Vice-Prefeito José Francisco Martins; do Sr. José Levi, coordenador da Casa Esperança e Vida Nossa Senhora de Fátima; de Manoel Messias, assessor do Deputado Federal Odair Cunha; e do Ralph, coordenador da renovação carismática católica da Diocese de Luz.

Vamos desfazer esta Mesa para acompanharmos a apresentação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Quando retornarmos, ocuparemos os mesmos lugares, mas já solicito à Profa. Maria das Graças Silva Torres, Diretora da Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis, aqui representando a Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação, que também faça parte da Mesa. A educação não pode ficar fora deste debate.

Registro também a presença do Sr. Lélcio Araújo, assessor do Deputado Jaiminho Martins. Depois passaremos a palavra aos Comandantes. Solicito que deixem um lugar para mim ao lado do Wilson, a partir da 3ª fila, para termos uma visão melhor.

- Suspende-se a reunião.

O Ten.-Cel. Eduardo Campos de Paulo - Gostaria de cumprimentar o Deputado João Leite e a Deputada Maria Tereza Lara, que estão conosco discutindo a segurança pública; os demais Deputados

Domingos Sávio e Doutor Rinaldo Valério; o nosso Prefeito Vladimir, que tanto nos apoia nas questões da segurança pública, em cuja pessoa cumprimento os demais presentes, assim como o amigo Wilson que nos ajudou muito e o Cel. Hélio dos Santos Júnior, ex-Comandante-Geral, cunhado do Wilson. Estávamos fortes naquela época, não é Wilson?

Apresentaremos alguns dados da área de segurança pública. Ficar apenas falando é difícil. Por isso, provocamos esta movimentação, com a autorização do Deputado João Leite, de forma que as pessoas possam ver o que temos a mostrar.

O Cel. Rogério, Comandante da 7ª Região da Polícia Militar, está impossibilitado de estar conosco aqui hoje porque está participando de uma reunião do alto comando em Belo Horizonte, mas pediu-nos para representá-lo e trazer alguns dados. É claro que direcionarei as ações do 23º Batalhão. Outros oficiais da 7ª região, como o Maj. Vagner, P3, setor de operações, além de oficiais de outras companhias, como a de Formiga e Nova Serrana, estão acompanhando esta importante reunião.

- Procede-se à apresentação de transparências.

A 7ª Região é composta por Bom Despacho, cuja sede está nessa cidade; Divinópolis, cuja sede está aqui; Pará de Minas, sede da 19ª companhia, que é independente; e Formiga, sede da 13ª companhia. Recentemente, perdemos a região de Passos, que passou a pertencer a Poços de Caldas. A nossa região ficou um pouco mais enxuta, mas ainda temos 51 Municípios.

Antes que me esqueça, gostaria de dar um recado do Prefeito Vladimir, que nos pediu para lembrar que o nosso índice de vulnerabilidade juvenil é o terceiro menor de Minas e o sétimo do País. Esse é um dado importante divulgado pela mídia nacional. O governo do Estado tem realizado um excelente trabalho na integração e na área de resultados. A Cláudia, da Secretaria de Defesa Social, também está conosco.

Observamos que essa linha de crimes violentos é de 2009, quando, no primeiro semestre, tivemos um problema mais grave na área de segurança pública, que, de certa forma, alertou a maior cidade da região, Divinópolis, com 220 mil habitantes. Houve a crise financeira e outros fatores, mas, a partir de agosto, já sentimos uma certa redução, que, este ano, está na ordem de 50%, 60% nos crimes violentos. No que diz respeito a homicídios, no ano passado, tivemos cinco a seis, e neste mês de maio, os números foram iguais. Estamos há mais de 55 dias sem homicídio em Divinópolis. A tendência é de queda, se Deus quiser, porque esse tipo de crime realmente assusta e gera impactos na nossa segurança.

Falarei um pouco mais rápido, porque esses números mostram apenas o pique que ocorreu em 2009, quando o índice de criminalidade foi elevado, na área da 7ª região, de janeiro a abril de 2010. Este quadro mostra o ano de 2009.

Os crimes contra o patrimônio também acompanham a mesma linha dos crimes violentos. De janeiro a abril de 2009, o pique

ocorreu nos meses de junho e julho. Em 2010, a tendência também é de redução.

Se um cidadão é vítima de tiro, morre na hora, homicídio; se não morre, tentativa de homicídio; se vem a falecer posteriormente no hospital, na estatística da PM, também é tentativa de homicídio. A Polícia Civil corrige essa estatística e considera que houve homicídio.

A comparação é da Polícia Militar. Foram registrados 44 homicídios em 2009 contra 45 nos primeiros meses de 2010. Esses números não dizem muito. Na nossa área do 23º Batalhão são cinco Municípios, incluindo Itaúna, que é um grande Município. Lá ocorreram 14 homicídios. Até agora o índice está empatado, tomara que percamos para 2009. Em Divinópolis, foram 8 homicídios em 2009 e 9 homicídios em 2010. Por enquanto, houve apenas um homicídio a mais.

A Dra. Aparecida já se referiu à questão dos homicídios e principalmente ao tráfico de drogas. Precisamos, sim, de um trabalho relacionado ao tráfico de drogas e à impunidade. Esse trabalho é fundamental para que possamos respirar mais segurança, mas resolver o tráfico de drogas é difícil. A solução da questão do tráfico de drogas envolve a participação da sociedade como um todo, as leis e os aspectos internacionais.

Nesse "slide" estão as taxas de homicídios. Quero apenas comparar um pouco os dados, para nos situarmos. Divinópolis possui 220 mil habitantes e se compara à Sete Lagoas. Nosso índice de homicídio hoje, de janeiro a maio de 2010, é menor do que o de Sete

Lagoas. Ipatinga, Governador Valadares e Santa Luzia são cidades mais ou menos desse porte.

Quanto às armas de fogo, tem havido mais apreensões. Já foram 23 apreensões e estamos quase alcançando os números de 2009 para batermos a meta. Estamos quase chegando lá. Apreensão de arma de fogo é muito importante no contexto da segurança pública, pois diz respeito às ações das polícias.

Tráfico de drogas. Vemos aqui os números dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. A partir de 2005 houve um crescimento visível no tráfico de drogas. No combate ao tráfico de drogas, aqui temos as drogas apreendidas. O "crack" tem sido um problema, pois é uma droga química. Segundo estudos, essa droga vicia da primeira vez. Se ela vicia da primeira vez, só há um aspecto a atacar: a prevenção, caso contrário, teremos de criar um remédio químico para tirar a pessoa do vício. O trabalho tem de ser preventivo. O problema é muito sério. O "crack" ainda nos trará problemas maiores. Pode ter certeza, Dr. Rinaldo, de que, na área da saúde, o "crack" vai acirrar cada vez mais o problema, se não conseguirmos reverter o quadro sombrio.

Nesta tela, vemos drogas apreendidas: cocaína, maconha e maconha prensada. Aqui mostramos o combate efetivo e constante ao tráfico de drogas. Quero referenciar o Ministério Público Criminal, que, em parceria com a Polícia Militar, tem feito um trabalho hercúleo, incansável, nessa área. Realmente temos de destacá-lo. Divinópolis tem a sorte de contar com pessoas comprometidas. Agora, será ainda melhor com a vinda da Polícia Federal, Dr. Daniel. Temos

expectativa de trabalharmos juntos nessa questão. Logicamente recebemos também o apoio da Polícia Civil nesse combate às drogas.

Aqui vemos adultos e adolescentes. A situação dos adolescentes é muito séria. Agora percebemos a entrada da mulher no mundo das drogas. Divinópolis já esteve no cenário nacional por causa das drogas. O William Bonner mostrou uma grávida fumando "crack". É uma imagem difícil e triste, mas verdadeira. A mulher entrar no mundo das drogas é muito sério, porque desestabilizará ainda mais a família e afetará o filho que vem dessa usuária de drogas.

Bom, aqui são números, não é necessário citá-los. No "ranking" da criminalidade violenta, esse é o número de crimes violentos para cada 1.000ha, de janeiro a maio de 2010. Estou comparando com cidades que estão com índice de criminalidade violenta de 2,06%: Governador Valadares, Ipatinga, Sete Lagoas e Divinópolis. Reduzimos bastante a questão da criminalidade violenta. Estou mostrando algumas cidades. Mostro Divinópolis porque é a maior da 7ª Região. Mostrarei como Divinópolis caiu nesse "ranking". Aqui é o "ranking" da criminalidade em algumas cidades da 7ª Região. Por que o índice de Conceição do Pará está alto? Porque está acontecendo o maior número de crimes e sua população é menor. Portanto, cresce o índice da criminalidade violenta. Hoje Nova Serrana é a 39ª do "ranking" do Estado, mas já ocupou posições diferentes. Já chegou a ser a 3ª no "ranking" do Estado. Nova Serrana melhorou muito. A parte Sul está próxima a Itaúna. Divinópolis está na 45ª posição no Estado. A cidade já esteve na 8ª posição, portanto já melhoramos. Em 2009, Código do documento: 800762

enfrentamos sérios problemas. Em Itaúna, o índice não está ruim. Passamos por Cláudio e, ao chegar ao Carmo do Cajuru, vemos que está mais tranquilo, está lá embaixo no "ranking". Isso não quer dizer que lá não aconteça as coisas, acontece sim. Há assalto à força, uma coisa ou outra. Acontece lá no Salgado, não é José Vitor? O José Vitor é o nosso Presidente da Acarp, que é o nosso Consep aqui.

Antes de entrar nas práticas exitosas, na produção social, quero agradecer a Acarp pelo trabalho voluntário e constante. Reunimo-nos todas as quartas-feiras, às 7h30min. A Acarp foi responsável pela melhoria da segurança pública. Com certeza, ela precisa existir. A Acarp antecede aos Conseps no Estado de Minas Gerais. Também quero agradecer ao José Levi, que está conosco no combate às drogas e também na rede de vizinhos protegidos. Temos mais de 20 redes já instaladas em Divinópolis, com base no conceito de polícia comunitária.

Citarei algumas práticas exitosas. O projeto social Comunidade Segura, no Alto São João de Deus, a que se referiu o Prefeito, que é o Grupo Especializado na Prevenção em Áreas de Risco - Gepar - foi instalado no Alto São João de Deus - aliás, não se pode citar o outro nome, que é Laginha - onde temos a distribuição de cestas básicas aos carentes. Quando entramos, tivemos um problema. Porque acabou aquele aviãozinho que fazia o leva e traz, levando dinheiro para dentro de casa. Realmente tivemos de buscar a distribuição de cestas básicas. O momento foi de aperto e conseguimos parcerias, como, a própria Acasp, o Rotary Club e o Lions Clube, que

lá tem realizado esse trabalho muito importante para nós. Além disso, ações destinadas à melhoria da infraestrutura do bairro. Parabenizo novamente a Prefeitura que nos tem dado apoio. Já derrubamos várias casas abandonadas onde se fazia o tráfico - aliás, foi filmada a casa do tráfico nº 121 e coisas assim. Hoje já ocupamos aquele espaço. Quanto ao número de celular, há um específico para tratarmos com o pessoal do Gepar e realizar palestras. Há o Proerd para pais - aliás, já estamos formando a segunda turma.

Estas são algumas fotos da distribuição de cestas básicas e de palestras realizadas. Este é o pessoal do Gepar. Lá temos parceiros fortes que nos estão ajudando. Nesse projeto Se Liga, exibimos filmes para crianças carentes. O nosso parceiro é o Pe. Carlos. Estamos estruturando o projeto Caia na Rede com apoio da Odebrecht e da Gerdau, que também é uma parceira importante. Estamos tornando disponíveis microcomputadores para atender à comunidade do aglomerado. A Prefeitura nos cedeu um local lá juntamente com a Adap.

No Alto São João de Deus, há algo sobre o Arte e Vida. Este aqui é o Proerd que, como disse o Prefeito, é importante na cidade. Formaremos mais policiais militares nessa área para melhorar o atendimento às escolas. Os pedidos são inúmeros. Esse é o caminho da prevenção. Vemos aqui o pessoal do Arte e Vida e, em cima, a banda de música que ensina as crianças a tocarem instrumentos como flauta, violão; e o Cap. André, que é dentista, dando uma aula para eles.

Depois da instalação do Gepar, observem como foi reduzida a criminalidade no Alto São João de Deus - aliás, tivemos um pequeno

problema em dezembro de 2009, mas depois o índice caiu. Isso foi de suma importância para aquela comunidade.

Há a Rede de Comerciantes Solidários, a Rede de Postos Protegidos e a Rede de Vizinhos Protegidos. No ano passado, estavam ocorrendo muito assaltos a postos de combustíveis. Então criamos a Rede de Postos Protegidos e reduzimos o índice quase a zero. Só houve depois um caso ou outro esporadicamente. Na verdade, estavam ocorrendo três assaltos. Não íamos para o posto que já tinha sido assaltado, mas para os outros postos que seriam os próximos a serem assaltados. A Rede de Vizinhos Protegidos tem sido uma experiência muito boa em Divinópolis. Eles estão resolvendo outros assuntos da comunidade com a rede de vizinhos e discutindo várias questões - aliás, o José Levi não nos deixou falar mentira aqui. Portanto está ótimo, assim com a Rede de Comerciantes Protegidos.

Quanto à Base Comunitária Móvel em Divinópolis, tivemos um importante apoio do nosso Deputado Doutor Rinaldo Valério, que nos conseguiu duas bases junto ao Estado - aliás, esta é única cidade do interior que possui duas bases. Portanto tem sempre um efeito muito bom. Hoje há duas patrulhas rurais. Quando chegou essa caminhonete que o Cel. Júnior nos mandou, fomos à fazenda do Will. Estes aqui são os setores de Divinópolis. Não vou entrar nessa seara.

A Dra. Aparecida citou o Igesp. As reuniões criadas pela Secretaria de Defesa Social fazem com que as policiais se integrem cada vez mais e apresentem bons resultados. Realmente precisamos que isso aconteça. O grupo de intervenção estratégia é uma proposta de

Código do documento: 800762

intervenção. A Fiemg está sempre nos apoiando. A Promotora de Justiça Cássia deu uma palestra neste local. Há um grupo de intervenção estratégica em Belo Horizonte onde se reúne o Ministério Público, as Polícias Militar e Civil, o pessoal do sistema penitenciário e do Corpo de Bombeiros que tratarão de assuntos específicos da criminalidade. Por exemplo: Se esse cidadão aqui comete vários crimes. Precisamos agilizar os processos para que ele fique preso. Às vezes apenas um cidadão exerce impacto sobre a criminalidade de uma cidade. Certamente inauguraremos esse grupo.

Há vários exemplos de policiamento em Divinópolis. Ontem estávamos discutindo sobre a cavalgada, que seria necessário mudá-la de destino. Discutimos esse assunto no Grupo Aliança, já citado aqui. O Dr. Sérgio, a Polícia Militar e Civil, o Ministério Público e o Corpo de Bombeiros discutiram as questões referentes à segurança pública em nossos eventos. É preciso fazer o evento? Sim, mas com segurança. Há muitos eventos aqui. O Registro de Eventos de Defesa Social - REDS - substituiu o nosso Boletim de Ocorrência. Hoje estamos informatizados na área do registro de ocorrências.

Ontem o Programa de Proteção aos Condutores de Veículos foi lançado pelo Cel. Rogério na 7ª Região. Na verdade, esse pessoal é do clube de motoqueiros. Reunimos com eles que nos deram ideias e apresentamos proposta de segurança para quem usa motocicleta. Há o grupo Giro em Divinópolis, Pará de Minas, Nova Serrana e na região.

Quero dizer que tivemos uma visão do que é feito e do muito que precisa ser feito. Além disso, Deputado, vimos como é importante de a Assembleia discutir sobre segurança pública.

Vejo que as questões de segurança pública passam, sim, por vários setores. Alguns Estados já estão pensando em colocar o mesmo Secretário nas áreas de educação e de segurança pública, para tentar melhorar as questões da segurança. Então, temos de discutir muito sobre a impunidade, o tráfico e outros fatores que estão a nos desafiar. Mas, com inovação, criatividade, boa vontade e, sobretudo, profissionalismo, vamos conseguir melhorar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, o Maj. Mattos.

O Maj. Luiz Antônio Alves de Mattos - Bom dia a todos. Agradecendo a oportunidade, cumprimento o Deputado João Leite e, na sua pessoa, os demais presentes. Falar sobre segurança pública é um desafio, em função da missão constitucional do Corpo de Bombeiros. Entendemos que complementamos, apoiamos e fazemos parte desse contexto, o que se confirma cada vez mais em Divinópolis. Tentando ser breve, vamos seguir um sumário já elaborado: área de atuação do 10º Batalhão, metas e dados, atividades realizadas, interação com a comunidade, objetivos e observações finais.

Em nossa área de articulação não temos a mesma capilaridade da Polícia Militar, mas diria que somos privilegiados por estar presentes em Itaúna, Divinópolis, São Sebastião do Paraíso, Passos e Nova Serrana; também estamos instalados provisoriamente em Piumhi e

Código do documento: 800762

Formiga, até que fiquem prontas as obras definitivas nesses dois locais. Dentro da área de atuação das Risps, digamos assim, teremos uma capilaridade muito maior do que outras regiões. Aliado a isso, temos a previsão de inaugurar até junho a nossa fração em Pará de Minas, onde também estamos em obras, o que vai aumentar a nossa presença na região não só dentro da área de atuação da 7ª Risp, como também da 18ª Risp, já que Passos e Paraíso agora fazem parte da 18ª Região da Polícia Militar.

Somos responsáveis por uma extensão territorial de 41.430m² e atendemos a uma população de mais de 1.584.000 e a 78 dos 853 Municípios do Estado. A extensão territorial de responsabilidade do 10º Batalhão corresponde a 7,4% do território mineiro e sob nossa responsabilidade estão 7,52% da população e 9,14% dos Municípios. Temos um bombeiro para 7.554 habitantes, quando o ideal seria um para mil - mas esse número tende a cair, porque no final de julho vamos formar mais 81 homens.

Com relação a Acordo de Resultados, temos dois indicadores. O primeiro é o tempo de resposta, em minutos, para o atendimento a ocorrências de combate a incêndio e salvamento em que haja vítimas humanas em situação de risco, em áreas urbanas, da sede de fração do Corpo de Bombeiros. Partimos de 15 minutos, no quarto semestre de 2007, para 7,33 minutos no local de ocorrência, no primeiro semestre de 2008, para quando havíamos pactuado 14,7 minutos; e 6 minutos, no primeiro semestre de 2009, para quando havíamos pactuado 14,4 minutos. O outro indicador é o prazo de análise do Projeto de Código do documento: 800762

Prevenção para a concessão do auto de vistoria: partimos de 13 dias, no quarto semestre de 2007, para 7,52 dias, no segundo semestre de 2008, e 5,38 dias, no primeiro semestre de 2009, para quando havíamos pactuado 12,55 dias, dentro da nossa área de atuação.

Quanto às atividades realizadas pelo 10º Batalhão e as Polícias Civil e Militar, fazemos reuniões semanais na Acasp, como já dito, para discussão de assuntos relativos à segurança pública; sempre que necessário, reuniões do Grupo Aliança da Cidadania, de que fazemos parte; reuniões na Promotoria, para discussão sobre eventos de impacto na cidade, como a Festa Nacional da Cerveja - Fenacer - e a Divinaexpo, entre outras; participação em ações e operações conjuntas - já trabalhamos, por exemplo, com as Polícias Militar e Civil na Rua São Paulo e proximidades em operações referentes à prostituição e à lei seca; também trabalhamos na fiscalização de estabelecimentos comerciais na área central da cidade, no que diz respeito à legislação de prevenção, em apoio às Polícias Militar e Civil, entre outras inúmeras operações conjuntas que temos realizado -; e apoio à Polícia Civil na verificação de estabelecimentos prisionais na cidade e região referente à legislação de prevenção a incêndio e pane.

Como meta, ainda temos a interação com a comunidade. Entendemos que os nossos projetos sociais fomentam a questão de segurança pública, talvez vista de outro prisma, mas sempre voltada ao interesse comum, que é o bem da coletividade. Assim, diria que somos privilegiados, pois somos uma das poucas frações ou unidades

que fazem esses três projetos sociais: o Bombeiro Sênior, um programa para a terceira idade, no qual atendemos atualmente 97 idosos e que vem desde o primeiro semestre de 2006; o Bombeiro Mirim, para crianças de 8 a 13 anos, no qual, desde o primeiro semestre de 2006, já atendemos 339 crianças, número que cresceu porque formamos 40 crianças em Nova Serrana e formaremos mais 40 crianças em Divinópolis até o final de junho; e o Projeto Golfinho, no qual já atendemos 658 crianças, desde o segundo semestre de 2006 - atualmente, está desativado, porque estamos reformando o nosso centro de treinamento, mas vamos retornar com esse projeto tão logo a obra seja concluída. Vemos aqui uma foto do Bombeiro Sênior, que tem o reconhecimento da Superintendência de Avaliação de Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social, que concedeu ao projeto o prêmio de qualidade da atuação do sistema de defesa social, na categoria Grupos Socialmente Vulneráveis. A entrega do prêmio foi feita em 2008. O projeto Bombeiro Sênior, de certa forma, tirou de suas residências algumas pessoas que passavam por diversos problemas, trazendo-as de volta à vida, digamos. Com o projeto, essas pessoas se sentem importantes e têm o reconhecimento que merecem não só pelo momento em que vivem, mas também por tudo o que já fizeram na vida. Aqui, vemos as pessoas fazendo atividades: hidroginástica, noções de primeiros socorros em incêndios e acidentes domésticos; enfim, elas participam em diversos eventos, campanhas e passeatas - praticamente em todos os eventos que realizamos na cidade, elas atuam conosco. O Bombeiro Mirim visa proporcionar a integração social de crianças carentes e seu

afastamento de condutas nocivas e divulgar a doutrina de prevenção de acidentes e de condutas positivas, por meio de aulas planejadas com conhecimentos gerais e preventivos especialmente adaptados ao público infantil. Alguns participantes são encaminhados pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude. O Bombeiro Mirim procura desenvolver nas crianças valores morais essenciais na formação do caráter, destacando o respeito aos pais e às autoridades, a lealdade, a disciplina consciente e o amor ao próximo, que ajudarão essas crianças a ser, no futuro, cidadãos responsáveis. O projeto Golfinho visa ensinar a natação como forma de prevenir acidentes aquáticos, bem como também enfatiza o desenvolvimento de valores morais nas crianças.

Também interagimos com a comunidade de várias formas: por exemplo, fizemos uma visita ao Prefeito e, na Câmara de Vereadores, participamos de uma audiência pública cuja conotação era a mesma da que hoje realizamos. Destacamos as seguintes observações: os trabalhos em conjunto são realizados sempre que há solicitação de apoio por parte dos demais integrantes da Seds ou quando o evento mobiliza essas instituições, buscando o bem-estar público. O 10º Batalhão tem participado de reuniões da Acisp, para trocar informações e prestar esclarecimentos em nossa área de atuação. A integração e interação entre os órgãos da Seds em Divinópolis são exemplos de trabalho conjunto de instituições que compõem essa Secretaria.

Como breve conclusão, destacamos essa frase de Norman Vincent Peale: "A ação é uma grande restauradora e construtora da

confiança. A inatividade não só é o resultado, mas a causa do medo. Talvez a ação que você tome tenha êxito; talvez uma ação diferente ou ajustes tenham de ser feitos. Mas qualquer ação é melhor que nenhuma". Agradecemos a atenção. Obrigado.

O Sr. Presidente - Peço que retornem à Mesa para darmos continuação aos trabalhos. Com a palavra, o Dr. Fábio Barbieri Caetano, Promotor de Justiça, representando o Dr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça.

O Promotor Fábio Barbieri Caetano - Bom dia a todos. Cumprimento os Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Doutor Rinaldo Valério e Domingos Sávio; o Prefeito Vladimir, o Ten.-Cel. Eduardo, o Maj. Mattos. Tenho muito orgulho em estar representando hoje o Procurador-Geral Alceu Torres Marques, que não pôde comparecer. Esta oportunidade de representá-lo possibilitou a um Promotor de Justiça da comunidade, que atua na área criminal, falar dos problemas da comunidade e levar à sociedade, aqui representada pelos senhores, e ao Poder Legislativo as agruras e angústias que vivemos em nosso trabalho.

Em primeiro lugar, não posso deixar de ressaltar o trabalho das Polícias Civil e Militar. Hoje, principalmente após a vinda da Polícia Federal, aqui representada pelo Dr. Daniel, Divinópolis ocupa uma posição privilegiada no cenário estadual. A criminalidade é evidentemente um problema nacional, mas em Divinópolis temos uma equipe e instituições que trabalham em prol da comunidade. No que diz respeito ao Ministério Público, somos quatro Promotores voltados para

Código do documento: 800762

a área criminal, mais um Promotor de Execução Penal, que realmente vêm dando conta do trabalho, que não é pouco, mas que dignifica muito a Promotoria de Justiça Criminal, que é, digamos, vitrine do Ministério Público - tenho por mim que essa é a melhor definição que se aplica à Promotoria de Justiça Criminal. O trabalho pertinente a essa Promotoria, de repressão, passa principalmente por um trabalho de investigação bem feito. Comentava com o Deputado Domingos Sávio e a Delegada Aparecida Quadros sobre a importância da qualificação e da instrumentalização da Polícia Civil como órgão responsável pela investigação criminal: de nada adianta o Promotor iniciar uma ação penal se há possibilidade de malogro futuro; temos de estar amparados por provas robustas para retirar o sujeito pernicioso da sociedade e mantê-lo preso. Essa é a principal finalidade, o principal objetivo do processo criminal. Quando assim figurar ao final o resultado, que ele seja responsável pela ação criminosa perpetrada.

Logicamente, a comunidade irá participar e opinar sobre o trabalho da segurança pública em Divinópolis, mas de antemão, Deputados Domingos Sávio, João Leite, Maria Tereza Lara e Doutor Rinaldo Valério, quero enaltecer esta iniciativa dos senhores. Como Promotor de Justiça Criminal há sete ou oito anos em Divinópolis, posso dizer que é notável o crescimento do investimento na segurança pública em nossa comunidade. Isso é inegável e acontece, principalmente, em função do trabalho dos nossos Deputados, pelo que realmente temos de parabenizá-los. A integração das Polícias Militar

e Civil e do Ministério Público é aqui um exemplo. Digo isso sem medo de errar.

A Sra. Maria da Glória Moraes - Eu estava conversando com a professora, e os meninos chegam até nós primeiro. Muitas vezes, quando chegam ao Curumim, não sabem ler nem escrever, pois não tiveram oportunidade de aprender. Não estou fazendo a defesa deles, mas apenas justificando. Contudo, eles obtêm valorização no tráfico, lá eles são respeitados, pois vendem, têm dinheiro. Quer dizer, falta aplicar a política pública como ela tem de ser aplicada. Disso decorre também a questão da assistência social, sim, de trabalharmos juntos. Só vamos conseguir ter segurança pública a partir do momento que as pessoas que trabalham com criança, com adolescente, com idoso tiverem perfil de atendimento. Não adianta pensarmos que colocando de "n" a "z" vamos conseguir. Hoje o Estado não executa mais essa parte, estamos municipalizando os nossos equipamentos, que estão sucateados. Como querer que a comunidade tenha respeito por aquela instituição, se nós não as preservamos?

Cabe aqui uma reflexão. Estou até fazendo um desabafo como assistente social, como moradora e prestadora de uma série de serviços voluntários. A droga está entrando pela porta da frente. Às vezes, a gente vê isso acontecer, vemos crianças e pais perdidos. O álcool é uma coisa absurda na vida dessas famílias. Com os poucos equipamentos que possui, a Secretaria de Desenvolvimento Social tem buscado colocá-los à disposição da comunidade, a fim de mostrar que ela tem, sim, de se posicionar. Mas esse é um trabalho de construção

de posição, de conscientização de que somos capazes de resolver e de que nós, povo, temos o direito de cobrar dos nossos políticos e representantes. Estou à disposição de todos, vocês podem nos procurar. Estamos no Sesu Eldorado e temos tentado fazer um trabalho para realmente conscientizar a criança, o adolescente, a comunidade de que é importante agirmos como cidadãos. Estou muito feliz em participar deste evento como moradora, como assistente social e funcionária do Estado. Muito obrigado a todos. Estamos à disposição de vocês para qualquer coisa.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Maria da Glória. Os Curumims são muito importantes. Em Belo Horizonte eles foram municipalizados, mas desapareceram. Ainda bem que o Secretário afirmou que os Curumins vão permanecer aqui. Na Capital, no outro dia as crianças já estavam nas ruas. Faço uma homenagem à querida Cristina Klein, grande lutadora dos Curumins de Contagem.

Passo a palavra ao Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que ainda tem de participar de um evento e também da reunião da Comissão na Assembleia. Depois da sua fala, ele já fica liberado.

O Deputado Durval Ângelo - Bom dia a todos e a todas. Hoje à tarde, João Leite, participaremos de um debate público que discutirá o que seria talvez o processo mais antigo do Brasil - 70 anos -, que trata da desapropriação da Cidade Industrial Cel. Juventino Dias. O processo transitou em julgado em 1957, de lá para cá está em fase de execução de sentença. Teremos lá a representação

do CNJ, do Evandro, Diretor do fórum de Belo Horizonte, que tem sido um grande parceiro, de acordo com o que é possível ao Judiciário decidir sobre a questão. O Governador indicou um representante para participar. Discutiremos a situação de 1.306 ou 1.316 herdeiros, é uma questão de direitos humanos mesmo.

Vejo com muita alegria, João, sua presença em Contagem e essa jornada que está empreendendo para discutir a segurança pública. Com toda certeza, é mais uma intervenção significativa, que destaca seu trabalho como parlamentar na Assembleia, em que temos uma parceria que já vai para 16 anos. E agora que você ocupa a Presidência da Comissão de Segurança Pública essa parceria tem aumentado. Lembro que amanhã, às 19 horas, teremos uma reunião conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública, para debater a tortura no estabelecimento penal de São Sebastião do Paraíso, onde estivemos na última quarta-feira. Cumprimento a companheira Maria Tereza, da cidade co-irmã de Betim, que, quando esteve na Comissão de Direitos Humanos, demonstrou a qualidade e a fidelidade ao trabalho e agora o faz novamente. Fortalece muito a ação do Presidente tê-la ao seu lado. Saúdo o companheiro Presidente da Câmara, as demais autoridades já nominadas, o Pe. Ferreirinha, que há 20 anos está presente na discussão de todos os assuntos de interesse de Contagem; os pastores. Quero citar especialmente a Elaine a Mistita(?), que estão representando a Secretaria Municipal de Defesa Social. Também conosco alguns representantes da Secretaria

de Educação, lideranças comunitárias e o Lindomar Gomes, Presidente do PT.

Talvez o que vamos dizer não seja novidade. Triste é quando todos concordamos com o mesmo diagnóstico, entendemos com clareza quais são os caminhos, mas falta um pouco de vontade política para a solução dos problemas ou a solução implica em posicionamentos, enfim, muitas vezes, os caminhos não são trilhados porque falta essa coragem para assumir tais posicionamentos. Sempre recorro a uma frase do grande herói francês da Primeira Guerra Mundial, general e filósofo Clemenceau, que dizia que a guerra era muito cruel, muito difícil para ser tratada só por generais. A segurança pública não pode ser tratada só por quem atua na área. O problema tem de ser visto numa visão sistêmica maior, de defesa social. Aí, todos estão comprometidos. Se analisarmos, por exemplo, a grande lição trazida depois de mais de 200 anos da chamada ideologia moderna e contemporânea, em que julgávamos que o método cartesiano era a única explicação e síntese da realidade, Descartes partia do princípio da secção, da divisão, da partição, para essa compreensão da realidade. E foi um conterrâneo dele, 230 anos depois, do início dos anos 70 até o início dos anos 80, que defendeu uma nova visão, em três volumes, uma trilogia, seguida de um livro complementar nos anos 80. Foi Edgar Morin, antropólogo, filósofo, professor, que percebeu haver alguma coisa errada nessa compreensão e busca de caminhos para a realidade. Edgar Morin parte de uma visão que não era nova, ele mesmo se reporta aos clássicos e diz que temos de compreender a realidade como um

todo, sabendo que esse todo está em cada parte, mas que cada parte também contém o todo. Hoje um exame de DNA ou outros avanços da genética demonstram com clareza, do ponto de vista da biologia, essa visão de Edgar Morin. Os sete princípios do método do autor partem de uma visão de totalidade. Chamamos de uma visão hologrâmica, em que "holos", em grego, significa todo. Você compreende o problema nessa totalidade. Não adianta quereremos pensar numa solução para a questão da segurança se não nos atermos a essa totalidade.

Nesses 16 anos de andanças, juntamente com esse profissional, o maior goleiro do maior time, o único campeão do gelo no Brasil, tivemos alguns momentos bem interessantes. Não sei se o João se lembra, há 14 anos, levamos à Assembleia o Mr. Yang. Quem foi ele? O Chefe da Polícia de Nova York. Quando esteve conosco no teatro da Assembleia, era o Corregedor da Polícia de Nova York. Ele derrubou das nossa cabeças, João, há 14 anos, aquela visão em que identificávamos a cidade mais violenta do mundo, Nova York, com o programa Tolerância Zero. Ele disse que o Tolerância Zero foi a síntese de um processo. É interessante que ele nos deu uma verdadeira aula e depois se reuniu com as polícias. O próprio governo Azeredo, da época, promoveu um encontro da Comissão de Direitos Humanos com as polícias. Além disso, Mr. Yang é uma grande figura humana. Ele disse que o ponto de partida para que Nova York deixasse de ser a cidade mais violenta do mundo - e era uma das que menos turistas recebia em função da violência - foi a vontade política. Um Prefeito chamado Rudolph Giuliani quis mudar aquela realidade. Essa vontade política

de quem ocupa cargo público é fundamental. O Prefeito Rudolph Giuliani não queria discutir se a segurança pública e a violência eram federal, estadual ou de qual ente federativo. Ele partiu do princípio de que o problema era deles e que iriam resolvê-lo.

Num segundo passo, e o João Leite lembra-se bem, ele levantou a necessidade de fazer uma nova polícia. Descobriu-se que 70% dos policiais de Nova York estavam com problemas e envolvidos em denúncias de crime na Corregedoria. Zerou-se a polícia de Nova York. Fez-se uma nova polícia, toda a corporação foi demitida. Só 30% pôde fazer o novo concurso, e triplicou o salário do policial da cidade. E se criou uma Corregedoria muito rígida. Mr. Yang nos disse: "O povo tem de acreditar na polícia. Ela tem de ter a credibilidade da sociedade". Lembro-me de que ele usou uma expressão que o Cel. Fiuza sempre usava quando comandou Contagem. Ele disse que, quando há reclamações do povo em relação ao policial, mesmo que ele seja um bom profissional, pelo menos em um aspecto ele está errando: o da comunicação.

A partir daí foram dados outros passos, como o envolvimento da comunidade. Ele perguntou à sociedade organizada se queria aquela violência. Ele perguntou aos empresários se era correto estarem ceifando tantas vidas. E o problema grave da violência lá era relacionado às drogas. Ele falou que mães entravam naqueles guetos de Nova York, naqueles prédios abandonados, e expulsavam de lá traficantes e desocupados. Foi votada uma lei na Câmara, um imposto urbano territorial progressivo. Se o proprietário não revitalizasse

seu imóvel, ele era desapropriado para o Município. Então, era tratado aquele aspecto feio na beira do cais, no Brooklyn e em outros bairros da cidade; ele nos deu essa lição, e a comunidade interveio nisso. Foram adotadas também políticas públicas, por exemplo, de lazer. Foram criados ginásios e academias, que ficavam abertos toda a noite para a juventude praticar esportes, com monitores pagos pelo Município.

Já fui professor de educação comparada, em que estudamos vários modelos, e o sistema educacional norte-americano é "sui generis", vive uma crise recente muito grande. Lá qualquer cidadão ou grupo de cidadãos que quiser abrir uma escola pode fazê-lo e recebe recurso público para a instituição. E o que determina o aumento ou diminuição do recurso público são as avaliações que feitas anualmente na escola. Ele interveio em várias escolas da periferia - e isso arrepiou o modelo norte-americano de educação -, colocando administradores profissionais do Município. Não adiantava só reduzir o repasse para a escola, porque a população continuava perdendo. Se vocês notarem, há uns três ou quatro filmes do circuito comercial que mostram essas experiências escolares. Um é "Luta de classes".

O Promotor Fábio Barbieri Caetano - A nossa integração é entre as instituições e não entre as pessoas. A integração entre instituições é o mais importante. A amizade é construída fora do trabalho, mas o mais importante é dizer à comunidade que a integração das instituições em Divinópolis é um fato concreto e verdadeiro.

Não posso deixar de puxar a sardinha para a brasa do Ministério Público, o nosso trabalho de investigação não pode aparecer, mas ele é efetivo, ele existe por meio das várias medidas cautelares que são solicitadas pelas Polícias Civil e Militar, como os pedidos de busca e apreensão, de interceptação telefônica, enfim, de prisões preventivas e temporárias. Tudo isso é feito. Se o nosso êxito não é de 100%, ele está quase nisso porque os nossos pedidos são amparados em investigações preliminares das Polícias Civil e Militar e eles chegam até o Poder Judiciário, que, como Poder inerte, é provocado e vê naquela pretensão do Ministério Público as provas que são juntadas para o deferimento dessas medidas. Esse é um fato que deve ser levado ao conhecimento público.

Finalizando, o Ministério Público também atua em Divinópolis, não só na repressão propriamente dita, que seria o trabalho da Promotoria Criminal, mas também no aspecto preventivo, por meio da Aliança da Cidadania. Nesse ponto, devo também enaltecer o trabalho que foi iniciado na época pelo Dr. Sérgio Gildin e pelo Leandro Wili, por meio da Aliança da Cidadania, em que a população, por intermédio da sociedade civil organizada, reunia-se na Promotoria de Justiça, onde o espaço acabou ficando pequeno. Esse trabalho também é feito na Polícia Militar, não é mesmo, Tenente? Em Divinópolis, o Ministério Público também atua na prevenção, evitando que o crime aconteça.

Finalmente, a finalização da minha breve intervenção se faz necessária, por isso quero pedir que haja um engajamento, e isso é

inquestionável, com o objetivo de aparelharmos as nossas instituições, principalmente a Polícia Civil, mediante, por exemplo, a regeneralização do Instituto de Criminalística. Essa seria uma ótima medida para o combate à criminalidade, a fim de podermos responder efetivamente e com rapidez aos anseios da nossa comunidade no que diz respeito à segurança pública. Para mim, é motivo de satisfação e orgulho pertencer à comunidade de Divinópolis, à sociedade divinopolitana, como Promotor de Justiça, e ter essa integração das instituições responsáveis pela segurança pública, que são a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal - o Dr. Daniel - e o Ministério Público. Como sempre digo, o Ministério Público sempre esteve e sempre estará de portas abertas aos reclamos da comunidade. Muito obrigado pela participação e pela oportunidade de manifestar o trabalho do Ministério Público e a necessidade de aparelharmos as nossas instituições para responder, com eficiência e eficácia, aos anseios da comunidade no que diz respeito à segurança pública. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Agradeço ao Promotor e registro a presença do Vereador Edson Sousa e do Teo, professor do ProJovem de Betim. Passo a palavra ao Dr. Daniel Souza Silva, Delegado Chefe da Polícia Federal em Divinópolis.

O Delegado Daniel Souza Silva - Bom-dia a todos. Na pessoa do Deputado João Leite e da Deputada Maria Tereza Lara, que ontem fez um contato pessoal conosco para comparecer a esta audiência, cumprimento todos os presentes. Como é a primeira vez que participo

desta audiência, fiz alguns contatos com colegas da polícia que já participaram. Nas nossas reuniões, dentro das delegacias regionais, passamos a discutir essa iniciativa da Assembleia, tendo sido parte da pauta da nossa reunião o elogio a esse trabalho.

A Polícia Federal possui aqui uma regional, que é nova. Ela foi inaugurada em janeiro, e somos responsáveis por 77 Municípios da Região Centro Oeste, de Itaúna até São Sebastião do Paraíso. Por isso, em termos de segurança pública, a nossa visão é bem maior porque recebemos muitos pedidos e muitas autoridades, Juízes e Promotores de outras cidades, sempre nos procuram, assim como os próprios colegas da Polícia Civil e Militar. Faz praticamente três meses que estou nesta Região, e já conversamos bastante com as autoridades locais.

Dos oito anos que estou na Polícia Federal, seis eu passei trabalhando em Minas Gerais. Inicialmente, fui até regional na delegacia de Montes Claros, quando essa cidade era responsável por 134 cidades do Norte. Todos sabemos que se trata de uma Região carente de alguns recursos, principalmente nessa questão da segurança pública. Aliás, esse é um ponto muito discutido com os nossos colegas da polícia.

Resumindo, vejo aqui todas essas iniciativas das Polícias Militar e Civil no que diz respeito ao combate à criminalidade. O que mais ouço de reclamação é justamente o que já foi dito aqui sobre o tráfico de drogas. Infelizmente, o "crack" é hoje uma praga que está esparramada dentro da nossa sociedade. O trabalho da Polícia Federal

é investigar quem são os grandes traficantes. O "crack" e o tráfico, de uma forma geral, já está enraizado dentro das cidades. No entanto, não existe mais a figura daquele grande traficante que comanda todo o mundo, mas sim, vários pequenos, tanto é que esse negócio já virou um comércio. A pergunta é: como combatê-lo? Comento muito sobre isso com os colegas. A Polícia Federal tem uma missão constitucional de combater o tráfico de drogas conjuntamente com as outras polícias. É impossível esta regional, que possui um efetivo extremamente reduzido, fazer esse trabalho sozinha, por isso é que ela precisa muito contar com o auxílio das outras polícias, mas a reclamação geral é: falta estrutura nas polícias para fazer essa investigação.

Também fazemos essa mesma discussão nas nossas reuniões, e o que vimos pedir a vocês, Deputados, é que intervenham junto ao governo do Estado em prol da valorização das Polícias Civil e Militar, e sabemos que isso é possível dentro do Estado. Já trabalhei em outros Estados da Federação e sei que existem exemplos de incentivo, de valorização das Polícias Civis em outros Estados. Um exemplo visível disso ocorre no Rio de Janeiro, no trabalho de enfrentamento da Polícia Civil, em que já começamos a ver alguns resultados.

Em outros Estados também existe muita valorização da polícia. Antes de assumir o cargo em Divinópolis, eu era responsável pelo setor de logística da Polícia Federal no Estado, o que me deu o conhecimento de que polícia se faz com investimento. Eu até falava muito nas nossas reuniões que polícia não foi feita para economizar,

mas para gastar bem o dinheiro público. Entretanto, para que isso aconteça, precisamos de investimentos.

Gostaria de citar um exemplo interessante que ilustra muito bem isso. Agora, a Polícia Federal está formando cerca de 600 agentes que passaram nesse último concurso. Esses novos funcionários, ao chegar à academia, em Brasília, logo recebem um "notebook" acautelado e assistem a aulas pela rede Wifi, tudo pela internet, e já fazem o treinamento com o melhor armamento do mundo, que é a pistola Glock, sendo que cada policial sai de lá com, no mínimo, 1.200 tiros por policial e o valor de cada tiro, ou seja, de cada bala, gira em torno de R\$3,00 a R\$5,00. Imaginem isso multiplicado por cada aluno desse. Com esse investimento, conseguimos formar um bom policial, capacitar o policial.

E vamos mais além. No interior, por exemplo, não é toda Prefeitura que tem esse engajamento que a Prefeitura de Divinópolis tem, por isso gostaria de agradecer ao nosso Prefeito, que realmente abraçou a nossa causa. A sua administração está voltada, comprometida com a questão da segurança pública. Como dizia, quando chegamos a outras Prefeituras, constatamos que a delegacia tem apenas um servidor e mais uns dois cedidos pela Prefeitura, numa completa falta de estrutura. Na verdade, o Estado de Minas Gerais tem de, aos poucos, começar a trabalhar nessa questão do aumento do investimento na segurança pública, e isso passa pela questão da valorização do policial. É preciso que o policial esteja motivado para fazer esse trabalho, e isso é conseguido mediante um salário bom. Aliás, a

motivação vai desde a questão salarial até a questão técnica, que é o treinamento e o aparelhamento da polícia.

As pessoas dizem muitas coisas sobre a Polícia Federal, mas, na verdade, o que vemos nessa Polícia são investimentos. Realmente, houve um investimento nos últimos governos, desde o Fernando Henrique, e não só no governo Lula. Foi um investimento maciço. O maior orçamento do Ministério da Justiça é o da Polícia Federal, o que, como já disse, leva a bons resultados. É isso que queremos ver acontecer dentro de Minas Gerais, ou seja, o aumento dos investimentos, que deve ser feito de forma gradativa, principalmente na questão da valorização do policial. Obviamente que, valorizando o policial, poderemos cobrar e exigir dele melhores resultados, trabalhando junto a uma Corregedoria forte, que consiga manter aquele policial voltado para o trabalho. Assim, com certeza, teremos condições de fazer um combate efetivo à criminalidade, dentro do Estado. O que estou dizendo resume bem todas essas questões apresentadas aqui, em relação ao combate à criminalidade.

Gostaria de agradecer-lhes a oportunidade de minha participação, que tem por objetivo reforçar essa situação sobre a qual temos conversado muito. O Dr. Jerry tem elogiado muito e incentivado esse tipo de reunião. Muito obrigado e um bom dia para todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado. Temos o prazer de sempre receber, nas nossas audiências, a Polícia Federal, por isso agradeço ao Dr. Daniel e a toda a Polícia Federal,
Código do documento: 800762

que tem contribuído para a feitura do fórum técnico que acontecerá em agosto na Assembleia Legislativa. Neste momento, passo a palavra ao Dr. Vanderlei Capanema, Defensor Público de Divinópolis.

O Defensor Público Vanderlei Capanema - Bom-dia a todos. Na pessoa do Deputado João Leite, cumprimento os demais componentes da Mesa, especialmente o Prefeito Vladimir, que aqui representa o Município.

Todos nós, da Defensoria Pública, sentimo-nos honrados em participar de mais um evento relacionado à segurança pública. Neste ato, represento o Defensor Público-Geral, que não pôde vir por estar em Brasília, numa sessão do Senado Federal, recebendo uma homenagem pelo Dia do Defensor Público, comemorado no dia 19 de maio.

Quando participamos dessas reuniões, percebemos o espírito de cooperação de que todos os órgãos do Estado estão imbuídos para melhorar a segurança pública. Vemos, por exemplo, a Polícia Civil com bons Delegados presentes, o Dr. Marcelo e a Dra. Aparecida, que está com uma equipe de Delegados de ponta. Aliás, apenas para elucidar, o Dr. Marcelo teve uma especial atuação num caso de homicídio do qual participo como Defensor e que me causou grandes dificuldades na defesa. Foi realmente interessante a atuação da Polícia Civil nesse caso específico, porque temos a oportunidade de ver de perto como é importante o empenho de cada policial, incluídos os da Polícia Militar, no combate pela segurança pública.

A Defensoria possui o mesmo espírito de cooperar com a segurança pública de forma harmônica, embora eventualmente em

posições antagônicas no processo, mas sempre buscando a harmonia, para a busca da justiça. Sempre que este Defensor Público estiver como Coordenador Regional, a Defensoria Pública se fará representar, quando convidada para todos os eventos da Assembleia Legislativa, participando com o maior prazer. Mais uma vez, parabéns pela iniciativa. Contem conosco, sempre que possível. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Gostaria de passar a palavra à Sra. Cláudia Brígido, Mediadora da Integração de Segurança Pública - Igesp -, representando o Dr. Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Defesa Social.

A Sra. Cláudia Brígido - Bom-dia a todos. Fiz aqui uma colinha, ao longo das apresentações, daquilo que eu acho que diz respeito à Superintendência de Integração da Defesa Social.

Não sou Mediadora da 7ª Região, mas, como Mediadora do Igesp, temos discutido muito, por todo Estado de Minas, como se dá essa integração. Tenho orgulho e prazer enorme de dizer que a 7ª Região é realmente uma região integrada.

Em alguns lugares, vemos uma integração física, e às vezes, no momento da apresentação, quase um jogral, mas, na verdade, isso não acontece aqui. O que vemos aqui são os resultados, os índices e o acompanhamento que fazemos quase diariamente. Isso é um diferencial muito importante a ser dito porque muitas vezes fazemos um monte de reclamações, mas acabamos por não fazer o que é necessário exaltar. Para ser justa, eu precisava falar sobre isso.

Gostaria de retomar a fala do Prefeito que se refere à proatividade, dizendo que a segurança pública é exatamente isso, ou seja, sermos proativos e nos adiantarmos ao evento, buscando cada vez mais a prevenção. É lógico que jamais poderemos descuidar-nos da repressão, porque ela será sempre necessária.

No que diz respeito à prevenção, o nosso Ten. Cel. Eduardo foi um pouco modesto na colocação das práticas exitosas que ele abordou aqui, já que temos notícia de várias outras práticas que são importantes ressaltar. Muitas vezes, essas práticas ficam perdidas, e o Igesp tem buscado retomar um pouco dessas práticas, tentando levá-las de uma Região a outra, numa troca de experiência. Fazer segurança pública não é só fazer o trabalho de polícia, mas também prevenção. É trazer à comunidade o Consep, nos nossos encontros, e resgatar o compromisso da sociedade com a segurança pública.

Gostaria de ressaltar um ação na Região fruto do compromisso da família com a segurança. É difícil falarmos de segurança pública tomando por base somente os órgãos de defesa social, porque é preciso incluir também a participação da família. Como estava dizendo, essa ação foi um compromisso bacana, que, na medida do possível, tento divulgar. A criança, por intermédio da polícia, fez compromisso com algumas medidas e dicas de segurança simples, que ela leva para casa e faz com que a família participe, cobrando a ajuda da família e retornando à escola para dar um "feedback" de como foram as ações de prevenção da violência no

período do carnaval e da Semana Santa. O resultado foi muito proveitoso. É preciso e necessário exaltar algumas práticas.

A Região é festeira: tem muitos encontros, eventos e festas, por isso criamos uma comissão específica para tratar de eventos culturais e esportivos, a Comovec. Assim, precisamos estimular a Comovec na Região, porque esses eventos precisam acontecer, mas com muita segurança. Estimulamos a criação da Comovec em várias Regiões e aqui também precisamos fazer isso.

Além de falar do acordo de resultados, é importante ressaltar os dados que aqui foram apresentados, porque essa é a nossa função como Mediadora do Igesp. Existem as metas do acordo de resultados e as metas do Igesp, que acompanhamos trimestral e quadrimestralmente, estimulando reuniões e participando muito. Além disso, a região tem melhorado não só os seus números, os dados estatísticos, mas também a sensação subjetiva de segurança, que passa a ser um dado novo, um dado recente de pesquisa, importante de se ressaltar.

Enfim, no mais quero agradecer-lhes a oportunidade de estar aqui presente e dizer que, no que couber à Superintendência de Integração de Defesa Social, todas as demandas que surgirem serão encaminhadas. Um bom-dia a todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Maria das Graças Silva Torres, Diretora da Superintendência Regional de Ensino - SRE - de Divinópolis, representando Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação.

A Sra. Maria das Graças Silva Torres - Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o Deputado João Leite, os demais Deputados e as autoridades civis e militares. Quero dizer que também sou amiga do Wilson, porque nós somos vizinhos do mesmo bairro. Digo isso apenas para engrossar a fileira dos amigos do Wilson e para poder me incluir nela.

É importante a nossa presença representando a SRE. A nossa Diretora Vera está viajando, e também estamos representando a Profa. Vanessa. A educação é fundamental em todos os setores. Tudo que acontece na sociedade explode nas nossas escolas. Estou falando de qualquer tipo de problema social, familiar e de segurança. Tudo isso repercute nas nossas escolas, e existem várias delas na cidade em área de risco. O Capitão e o Comandante da polícia sabem muito bem disso. São áreas muito perigosas, e os nossos jovens estão no meio delas.

Essas cidades que a Dra. Aparecida mencionou, quase todas, pertencem à nossa jurisdição, como é o caso de Arcos, Bambuí, Nova Serrana, Itaúna e Itatiaiuçu. A nossa jurisdição é composta de 30 Municípios, daí a importância dessa parceria entre a segurança e a Defesa Social. Existem duas escolas que funcionam dentro do Presídio Floramar e uma delas é a Escola Estadual Alberto Santos Dumont, além da Escola Vida Nova, no Centro Socieducativo. As nossas ações se entrelaçam bastante, mas precisamos muito dessa ajuda, dessa colaboração.

Somos nós que formamos os futuros cidadãos que poderão viver bem ou mal na sociedade, por isso temos responsabilidade e compromisso com a formação do nosso aluno. Essa formação, acima de tudo, passa pela construção da sensibilidade. Se formarmos nossas crianças na parte da sensibilidade, muitas ações poderão ser excluídas futuramente. Elas serão sensíveis à educação para o trânsito, ao meio ambiente, ao respeito e à ética. O importante é isto: essa nossa formação. Acreditamos que daqui sairão ações concretas para que melhorarmos, cada dia mais, a nossa segurança, a segurança dos cidadãos e a segurança dos nossos alunos. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Profa. Maria das Graças, pela contribuição. Passo a palavra a Elizânia de Oliveira Silva Leal, Analista de Desenvolvimento em Políticas Públicas, representando a Secretária de Desenvolvimento Social, Profa. Ana Lúcia Gazzola.

A Sra. Elizânia de Oliveira Silva Leal - Bom dia. Em nome da Secretária de Desenvolvimento Social, Ana Lúcia Gazzola, cumprimento a Mesa e a todos. Parabenizamos a Assembleia Legislativa por essa iniciativa, que é uma ação de grande relevância para toda a sociedade e vai ao encontro de uma das propostas da Sedese, que é a garantia de direitos humanos. Nossa Secretaria tem três Subsecretarias, a de Assistência Social, a de Direitos Humanos e a de Geração de Emprego e Renda. Temos a Coordenadoria da Criança e do Adolescente, a Caad, a da Pessoa com Deficiência e a da Mulher. Na
Código do documento: 800762

área da criança e do adolescente, o Estado tem desenvolvido a campanha Proteja Nossas Crianças. Aqui em Divinópolis, a regional tem desenvolvido bem esse trabalho juntamente com o Município. Temos a parceria da rede socioassistencial. Durante o mês de maio todo, está acontecendo esta campanha de movimento contra a exploração sexual infantil. Colocamo-nos à disposição, dentro das nossas competências, na área da assistência social, da criança e do adolescente, da geração de emprego e renda, para garantir a segurança pública. Estamos à disposição e aguardamos o retorno para dar continuação a esse trabalho. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, a Sra. Dirlene Maria Soares, Diretora Adjunta da Gerência Regional de Saúde de Divinópolis, representando o Dr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Saúde.

A Sra. Dirlene Maria Soares - Boa-tarde a todos. Estou representando o Secretário Antônio Jorge de Souza Marques. A Secretaria de Saúde tem sede em Belo Horizonte, mas temos 28 Gerências Regionais de Saúde, e Divinópolis é uma delas. Somos responsáveis por 55 Municípios e, na Secretaria de Saúde, estamos desenvolvendo a prevenção contra a violência e promoção da saúde e da cultura da paz. A Gerência Regional de Saúde de Divinópolis já capacitou os Municípios. Temos de notificar as doenças que causam impactos, os agravos não transmissíveis, entre as quais estão a violência, a droga e o tabagismo. Sempre que houver qualquer

problema, haverá também impacto para a saúde. Assim como a causa é para a polícia, é também causa para a saúde.

O Deputado pediu falasse sobre o Caps AD, que são os Caps adultos. Temos oito Caps AD nas cidades de Bom Sucesso, Oliveira, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, Candeias, Divinópolis, Formiga e Pará de Minas.

Parabenizo a Comissão pelo evento. Acredito que só quando os órgãos da sociedade se reunirem para discutir, cada um com a clareza do seu papel, é que vamos conseguir avançar. Obrigado. (-Palmas.)

O Sr. Presidente - Obrigado. Essa informação da Dirlene diz respeito ao Caps AD, que seria hoje, em relação à saúde, a política do governo federal, do SUS, o atendimento a pessoas dependentes de drogas e que têm um atendimento durante o dia. A pessoa, para ter atendimento na rede de saúde hoje, tem de estar numa "overdose" ou numa crise de abstinência. Essa é uma situação que merece um debate neste momento. O Presidente da República anunciou recursos para o tratamento de dependentes e usuários. De alguma forma, o Ministério da Saúde não entende as comunidades terapêuticas como ligadas à área de saúde. Essa vai ser uma situação importante neste momento do Brasil para discutirmos essa questão. Creio não ser possível termos apenas o atendimento durante o dia. Não se pode devolver o usuário a sua casa às vezes naquela situação que imagino que os policiais conhecem bem. Entregam os dependentes às famílias sem possibilidade de internação. Então, será um momento de debate importante para

colhermos esses dados. Isso é fundamental. A Deputada Maria Tereza Lara é muito atuante, presente nessa área. Nas 13 visitas que fizemos, infelizmente todos os participantes dos encontros apontaram a droga como o grande problema de segurança pública. Estamos vivendo, não apenas em Minas Gerais, mas em todo País, uma epidemia do uso de drogas. Uma cidade como Divinópolis tem um caminho oficial para o tratamento desse dependente, desse usuário. Precisamos, então, Prefeito Wladimir, de um novo entendimento, de um novo pacto, dada a gravidade do uso da droga no nosso Estado e no País. O governo federal está atento a essa questão, mas tem de chegar à ponta, à cidade, ao Município, onde está também o usuário que precisa ser tratado. Essa modalidade do Caps AD, atendimento durante dia, não me parece adequado, até porque as drogas são várias e os atendimentos têm de ser diferenciados. Ontem mesmo, na Risp de Contagem, o Dr. Antero Drumond, representando o Secretário de Saúde, falava sobre a diversidade do tratamento para o usuário.

Estamo-nos aproximando dos nossos debates. Os que desejarem fazer perguntas podem fazê-las por escrito. A Ana e a Daniela entregarão uma ficha para vocês preencherem. Se desejarem fazer uso da palavra, indicarei um microfone. Solicitamos que se identifiquem.

Nesta audiência pública estamos produzindo um documento que subsidiará marcos importantes da Assembleia Legislativa. Passo ao palavra ao Vereador Beto Machado, representante do Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis. Obrigado pela presença.

O Vereador Beto Machado - Boa-tarde a todos. Cumprimento o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, assim como a Vice-Presidente, Deputada Maria Tereza Lara. Cumprimentamos também o Líder da Maioria, Deputado Domingos Sávio, e o Deputado Doutor Rinaldo Valério. Temos a honra de tê-los como representantes de Divinópolis na Assembleia Legislativa. Cumprimentamos também nosso companheiro e Prefeito Vladimir de Faria Azevedo; o Ten. Cel. Eduardo Campos de Paulo; o Maj. Luiz Antônio Alves de Mattos; o Dr. Fábio Barbieri Caetano, representante da Promotoria do Ministério Público; a Dra. Aparecida Dutra de Barros Quadros, representante da nossa 21ª Delegacia de Polícia, aqui representando o Dr. João Pedro, do 7º Departamento; e também a representante da Secretária de Educação Vanessa Guimarães. Enfim, gostaria também de cumprimentar o Dr. Daniel Souza Silva, nosso Delegado Regional, também representante da Polícia Federal; todos os representantes da Secretaria de Estado, assim como o nosso grande companheiro Vanderlei Capanema, representante da Defensoria Pública.

Deputado João Leite, como o senhor disse, nós, Vereadores, somos Deputados municipais. Na verdade, a Câmara, Parlamento municipal, sente-se honrada em receber a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Atitudes como esta mostram que o Parlamento é de suma importância para receber as demandas e, evidentemente, levá-las aos órgãos competentes para que sejam, de certa forma, solucionadas.

A Câmara Municipal de Divinópolis também é parceira na questão da segurança pública. Ela está disponível para que a sociedade divinopolitana participe de ações e projetos sociais. Também temos uma Comissão de Direitos Humanos, e está aqui a doutora, representante dela, que faz um excelente trabalho para auxiliar a nossa sociedade, apoiá-la nas questões referentes a esse assunto. Promovemos também algumas ações, como o Parlamento Jovem, de autoria do nosso Presidente Edmar Rodrigues, programa onde várias crianças participam e que, aliás, está findando agora, já trazendo bons frutos. Temos, por exemplo, uma questão polêmica: a dos flanelinhas, que assolam nossa sociedade, assunto que é palco de discussão em todo o País. Há um projeto de lei tramitando com o intuito de reduzir esse mal que traz desconforto à segurança pública.

Deputado João Leite, no entanto quero dizer que a Câmara Municipal está falhando. Chamo a atenção do nosso Presidente e dos companheiros Vereadores que estiveram aqui, em razão da importância deste tema, segurança pública - e aí se inclui a representação da Casf, da Aliança Cidadania -, pelo fato de a Câmara Municipal não ter também uma comissão de segurança pública. Isso seria fundamental para que os Vereadores também promovessem debates e fossem aos bairros, conjuntamente com nossas forças policiais e da sociedade civil organizada, assim como faz a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa indo às regiões. Dessa forma, a Câmara estaria mais presente.

Em nome do nosso Presidente, leve um abraço de toda a Câmara Municipal de Divinópolis à Assembleia Legislativa. Com certeza somos parceiros de todos na segurança pública, porque hoje esse é um tema de suma importância. Muito obrigado e uma boa tarde.

O Sr. Presidente - Obrigado, Vereador Beto Machado e todos os Vereadores aqui presentes. Informo ao Vereador Beto Machado e a todos que, até hoje, as 12 audiências realizadas pela Comissão de Segurança Pública, nesse esforço, aconteceram nas Câmaras Municipais. Eu, pessoalmente, telefonei para o Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, e S. Exa. disse que seria impossível realizar a reunião na Câmara. Então fiz contato imediatamente com o Prefeito Vladimir, que colocou à disposição o teatro da Prefeitura e mencionou este auditório. Entendemos então de realizar a audiência aqui, mas o interesse da Assembleia Legislativa sempre foi a parceria com as Câmaras Municipais. Todas as demais audiências que completarão as 18 acontecerão nas Câmaras Municipais nas outras Risps. Apenas aqui em Divinópolis não foi possível, por entendimento do Presidente da Câmara. Com a palavra, o Deputado Doutor Rinaldo Valério.

O Deputado Doutor Rinaldo Valério - Saúdo o Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, prezado companheiro Deputado João Leite; a Deputada Maria Tereza Lara; o Deputado Domingos Sávio; o Prefeito Vladimir de Faria Azevedo; o Ten. Cel. Eduardo Campos de Paulo; o Maj. Luiz Antônio Alves de Mattos; o Dr. Fábio Barbieri Caetano, Promotor de Justiça; o Dr. Daniel Souza Silva, Delegado Regional; a Dra. Aparecida Dutra de Barros Quadros,
Código do documento: 800762

Delegada Regional; a Sra. Maria das Graças Silva Torres, minha amiga e colega, representando a Secretária de Educação; o Vereador Beto Machado. Na pessoa deste, cumprimento todos os Vereadores que passaram por aqui hoje. Cumprimento também o Dr. Vanderlei Capanema, Defensor Público; a Dra. Dirlene, a Dra. Cláudia, a Dra. Elizânia; senhoras e senhores; o Marcos, meu assessor.

É um prazer estar aqui hoje recebendo meus colegas da Comissão de Segurança Pública nesta audiência. Faço parte da Comissão de Saúde e saio também por várias cidades de Minas Gerais, acompanhando a Comissão. Sempre após a realização de uma audiência pública da Comissão de Saúde, requerimentos são tirados e soluções são encontradas, quando levamos problemas ao Governador do Estado. Tenho certeza da importância desta audiência da Comissão de Segurança Pública em todas as cidades-sedes da Risp. Divinópolis não poderia ficar sem esta audiência pública. Quando comunicado pela Deputada Maria Tereza Lara, confirmei minha presença, com todo o prazer. Não poderia estar ausente, uma vez que somos pequenos parceiros na segurança pública.

Quando iniciamos nosso mandato, soubemos de programas de base comunitária realizados em Belo Horizonte.

Ao andar em Belo Horizonte, via-se em cada região uma "van" equipada para ser uma sede de assistência de segurança. (- Inaudível.) ...com bicicletas e motos. Divinópolis despertou o interesse que até então não havia, como também em nenhuma cidade do interior. Então, fizemos as nossas emendas. São duas bases

comunitárias móveis, com "vans", bicicletas e motos. Durante o processo de aquisição dessas bases comunitárias, algumas cidades do interior de Minas também conseguiram essas bases. Sendo assim, Divinópolis não foi a primeira que instalou dentro do prazo que deveria ser obedecido, mas é a única cidade do interior de Minas com duas bases comunitárias móveis. Portanto, tenho o prazer de ter conseguido, através de verbas parlamentares, essas bases comunitárias móveis para Divinópolis, além de seis motos de 250 cilindradas que já foram compradas e que devem estar chegando.

Somos parceiros também na implantação da Rede de Vizinhos Protegidos em Divinópolis. Como isso despertou um certo ciúme na Dra. Aparecida e na Polícia Civil, temos o prazer de informar-lhes que já foi adquirida e está sendo equipada a 1ª Delegacia Móvel de Divinópolis, adquirida também com nossas verbas parlamentares. No entanto, ficarei em falta com o Maj. Mattos, do Corpo de Bombeiros. (- Intervenção fora do microfone).

Como este é um ano eleitoral, não podemos mandar emendas para as entidades. Porém, assumo o compromisso de, no final do ano... (- Inaudível.) ...o Corpo de Bombeiros de Divinópolis para receber uma emenda, para o bem da segurança pública da nossa cidade.

Em todas as pesquisas de opinião pública, depois da saúde, segurança pública é o que mais preocupa a população de Minas Gerais, e isso não é diferente no resto do Brasil. Portanto, temos de ser parceiros em ajudar essas áreas principais, pois sabemos que os governos federal, estadual e municipal não dão conta de tantos

problemas. A verba é do povo de Minas Gerais, por isso será devolvida a ele. No entanto, temos o poder de distribuir essa verba para onde for necessário, para a área da saúde, da educação, da segurança pública, do esporte e da cultura. Sempre temos de priorizar alguma área. Nesse caso, priorizamos a segurança pública. Aliás, tenho um assessor lá e até falei com o Ten. Cel. Eduardo para dar uma patente para ele. Assim como Adílson Quadros, de Divinópolis, também tem uma pessoa no meu gabinete, mas nunca vi gostar de mandar "vela" para a segurança pública. Falo a ele: tem outras... (- Inaudível.) ...também.

Waldemar é uma pessoa muito competente e já veio a Divinópolis para dar palestras sobre a Rede de Vizinhos Protegidos, um programa de sucesso em Belo Horizonte e em Divinópolis. De acordo com a fala do Ten. Cel. Eduardo, vimos que esse programa é realmente importante, pois trata da integração entre os vizinhos para melhorar a segurança na sua região, no seu bairro e na sua rua. Aproveito a oportunidade para deixar aqui o meu abraço, ser humilde, afirmar e dar a mão a palmatória: preciso estreitar e melhorar a minha amizade com Wilson Leite. Não podemos nos esquecer também disso. (- Risos.)

Gostaria de cumprimentar os nossos Delegados, os representantes dos Comandos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil, assim como todos os representantes da segurança pública de Divinópolis. É um prazer estar aqui. Além de nossas emendas serem destinadas à área de segurança, somos parceiros do governo estadual, que antes tinha como Governador Aécio Neves,

Código do documento: 800762

atualmente o Prof. Anastasia. Este foi o governo que mais investiu em segurança nos últimos anos em Minas Gerais. Aliás, trouxe para Divinópolis viaturas, equipamentos e armas como não se via há muito tempo. Eu e o Deputado Domingos Sávio somos da base e sempre estamos apoiando e procurando trazer mais recursos para esta cidade. Por sinal, estávamos presentes também na doação e na procura de um terreno para implantação da Risp, por isso é um prazer fazer parte da base de um governo que nunca se esquecerá de Divinópolis.

Parabenizo a Comissão de Segurança Pública pela audiência e espero que desta audiência já possamos tirar requerimentos visando melhorias em nossa região. Boa-tarde a todos e muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Deputado Doutor Rinaldo Valério. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio, Líder da Maioria na Assembleia Legislativa e meu Líder.

O Deputado Domingos Sávio - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado João Leite, meu querido amigo, pessoa por quem temos um respeito especial. Apesar de termos algumas divergências futebolísticas, no mais V. Exa. é minha referência; minha prezada amiga Deputada Maria Tereza Lara. Conhecemos a sua trajetória de luta e por isso a respeitamos muito; Deputado Doutor Rinaldo Valério, parceiro na defesa não só de Divinópolis como também de toda a região, além de ter sido parceiro leal na sustentação do governo Aécio Neves e, agora, do governo Anastasia; meu prezado amigo Prefeito Vladimir de Faria Azevedo, por cujo intermédio cumprimento toda sua equipe; Ten. Cel. Eduardo Campos de Paulo, grande parceiro,

Código do documento: 800762

sempre presente com seus Soldados firmes e à disposição; meu amigo Maj. Luiz Antônio Alves Mattos. Desde o tempo em que fui Prefeito, a minha relação de amizade com os Bombeiros é um grande orgulho para mim; Dr. Fábio Barbieri, do Ministério Público, grande parceiro e sustentáculo da democracia. Receba ainda o nosso abraço o Dr. Alceu, nosso parceiro amigo, com quem temos uma relação extremamente fraterna e respeitosa; a minha querida amiga Dra. Aparecida Dutra de Barros Quadros, da Polícia Civil, que está aqui representando tão bem o Dr. João Pedro. Sou obrigado a dizer que, apesar de ter gostado dele, não ficamos com muita saudade porque realmente a Dra. Aparecida é brilhante; Maria das Graças, nossa educadora, representando aqui a área de segurança; Décio Machado, parceiro e amigo, com uma liderança que nos dá motivação para a vida pública. Apesar de ser seu primeiro mandato como Vereador, ele já conta com uma experiência que nos dá certeza de que será uma trajetória brilhante; Dr. Vanderlei Capanema, Defensor Público, por cujo intermédio cumprimento toda a Defensoria Pública. Cumprimento ainda a Dra. Cláudia, a Dra. Elizânia, a Dra. Dirlene e o Dr. Daniel, representando a Polícia Federal.

Gostaria de dizer a todos os amigos e amigas presentes que serei breve. Fiz questão de nominar cada componente da Mesa para, assim, externar também o meu respeito a cada instituição aqui presente. O Dr. Fábio até fez uma menção que me pareceu muito feliz sobre esse aspecto. Isso de fato é extremamente especial para nós, divinopolitanos e da região do Centro-Oeste mineiro, pois é algo que se dá na prática. Deputado João Leite, as instituições se unem, e

isso já vem de uma história. Aliás, tive a felicidade de participar da criação da Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública - Acasp.

Foi um decreto municipal, que deu forma jurídica e institucional a essa valorosa organização, que se reúne toda semana, há muitos anos, antes mesmo do surgimento dos Conseps. Aliás, manteve-se por isso. Ela tem a função de integrar as forças institucionais e a sociedade civil para juntos assumirmos o nosso compromisso constitucional de defesa da segurança pública, de manutenção da ordem, de praticarmos o bem, de fato. Os desafios são permanentes. Seria quase uma ingenuidade da nossa parte se pensássemos que estamos trabalhando há muito tempo e por isso o mal cessou. Estamos numa condição absoluta e vitoriosa. Temos uma história de trabalho, e isso nos impulsiona a arregaçarmos as mangas e trabalharmos muito mais.

Sinto alegria em função desta reunião. Participo de outras Comissões da Assembleia, e sei que há certo limite para cada Deputado, pois temos de compartilhar. Sempre que posso, participo, com os colegas, da Comissão de Segurança Pública, e jamais faltaria a uma reunião em nossa região. Até por que temos amizade com todos daqui, especialmente - quero registrar isso - com o Wilson. São mais de 20 anos, não é, Wilson? Wilson votou em mim muitas vezes, mas quando eu me candidatei ao cargo de Deputado, notei que ele ficou sem jeito. Ele pensou: como farei agora? Na verdade, a amizade ficou ainda mais fortalecida. Mas ele não levava os abraços... Senão ia

pensar que nunca recuperaria o cabo eleitoral. Tinha de administrar isso com prudência. É nesse clima de amizade, João, que temos essa história de trabalho na área de segurança, e isso vem de muito tempo.

Preciso fazer um registro, uma análise do momento, o que será uma motivação para nós. Precisamos da integração de todos os segmentos e de todos os entes federados: Municípios, Estado e União. Estamos vendo isso aqui: a Polícia Federal, os representantes da área de segurança do Estado, o Município e a sociedade civil. Precisamos refletir sobre se isso está bem colocado no nosso país, se está adequado a uma boa ação de segurança pública. Do ponto de vista do esforço, não tenho dúvida. Temos testemunho disso aqui. Há um esforço da Polícia Federal, das forças de segurança pública estadual e dos Municípios, que até extrapolam os seus limites constitucionais para ajudar. Os nossos órgãos de apoio, ou seja, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Secretarias, que têm uma interface, estão prontos. Mas temos de fazer alguns registros. O Estado tem investido muito.

Concordo com o Dr. Daniel, pois realmente é preciso investir mais, principalmente na valorização do pessoal, das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros. Por questão de justiça, temos de fazer uma reflexão. No Estado Democrático de Direito, tanto se muda para melhor quanto para pior. O processo de mudança é necessário, sempre para melhor, sempre para avançar. Porém, num ambiente democrático, você se expõe a riscos, principalmente se não houver uma análise crítica, se não houver dados concretos para

avaliar se você está no caminho certo e se as coisas estão sendo feitas. Estou acompanhando, pelo menos nos últimos oito anos, cada segmento aqui representado. Não tenho dados, registros de números, nem vou cansá-los com números. Falarei sobre dados de uma maneira muito forte e muito clara. Tenho certeza de que o investimento do Corpo de Bombeiros Militar mais do que dobrou nos últimos anos, numa relação inflacionária, que, num período de inflação com patamar de um dígito, está muito longe do que houve de fato. Então o crescimento real com Bombeiros, viaturas, equipamentos, investimentos e custo de folha de pagamento é algo que salta aos olhos. Se pegarmos um gráfico e demonstrarmos os números desde quando foi criado o Corpo de Bombeiros Militar até hoje, verificaremos uma curva ascendente significativa. O mesmo podemos dizer em relação aos investimentos nas Polícias Militar e Civil e nos conjuntos da estrutura de segurança.

Tentarei ilustrar agora o sofrimento de todas as regiões. Havia cinco mil vagas ofertadas pelo Estado no sistema penitenciário. Hoje há cerca de 30 mil vagas. Não dá nem para calcular o crescimento disso durante um período relativamente curto, pouco mais de sete anos. Se olharmos um gráfico, desde quando se estabeleceu o sistema penitenciário, ao longo da história do Estado de Minas Gerais, verificaremos uma curva ascendente muito vigorosa. Estrutturamos e ampliamos o contingente da Polícia Militar, com análise na carreira tanto dos militares quanto dos civis; vemos que ainda está muito longe do que precisamos remunerar. Está muito, muito longe. Aliás, que o diga a PEC nº 300. Precisamos nos unir para que ela seja

votada. Temos de pensar em como viabilizá-la, senão vamos jogar com a plateia, fazendo demagogia. Nunca fiz isso. Aliás quando votamos a carreira pública do Delegado, eu, como Líder da Maioria, trabalhei pela garantia de quórum, para que todos votassem a favor. E, aliás, todos votaram dessa forma. Ao declarar o meu voto, disse: estou feliz por votarmos a carreira pública, mas estou absolutamente consciente de que a batalha não terminou aqui. Não adianta votarmos a carreira pública se não garantirmos isonomia salarial. Para isso, precisamos discutir o Orçamento. É onde quero chegar. Há três entes federados aqui. Será que é correto dizer que segurança pública - no meu entendimento, é um conceito equivocado - é obrigação apenas do Estado? Começamos a passar isso dessa maneira até para as crianças, principalmente quando corremos o risco de deixar a discussão ficar partidarizada, o que é um terrível erro. Discussão sobre segurança pública não pode ser partidarizada. Sinto-me mais à vontade aqui, pois a minha relação com os demais Deputados é extremamente fraterna, e, de modo especial, com o PT. O Manoel sabe disso, pois foi meu companheiro de administração pública, como também a Maria Tereza. Então esse é um desafio para o PT, o PSDB, o PMDB, enfim, para todo mundo. Segurança pública não é discussão partidarizada. O que há no Brasil são problemas que envolvem os entes federados e que merecem uma reflexão sobre a forma como isso está exposta na própria Constituição, na organização do Estado.

Estamos recebendo a Polícia Federal com uma alegria enorme. O Dr. Daniel falou sobre os investimentos nessa instituição, o que

Código do documento: 800762

nos deixou extremamente feliz. O senhor falou de 600 Agentes, mas creio que se referiu a Brasília, ao nível nacional. Estamos falando de um País com cinco mil e tantos Municípios.

Seguramente, esse número - 600 Agentes - é pouco para Minas; para o Brasil, é muito pouco. Estamos falando de uma realidade a que o próprio Dr. Daniel se referiu: em uma macrorregião, como o Centro-Oeste mineiro, um dos mais populosos corredores de tráfico de drogas, não há a menor possibilidade de a Polícia Federal fazer o que tem vontade e competência para fazer, e isso com relação a um item específico da criminalidade, que é o tráfico de drogas e de armas. Mesmo com esse item apenas, não é possível agir. Não é que ela não queria fazer algo ou não tenha competência para isso, mas é impossível agir.

Acho que nenhum Deputado é contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 300; nenhum Deputado vota contra a isonomia para os policiais militares, civis e Bombeiros no Brasil. Isso é algo essencial. A segurança pública envolve risco de vida para o trabalhador, e a vida desse trabalhador não vale mais nem menos por ele estar no Pará, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte ou em Minas Gerais. Ali estão envolvidos valores essenciais. Então, essa relação deveria guardar uma isonomia. Mas, considerando a realidade fiscal dos Estados, como vamos fazer isso? Onde está o dinheiro para isso? Como vamos fazer isso em um País em que mais de 60% de tudo o que se arrecada está na mão da União, pouco mais de 20% com o Estado e pouco mais de 12% com as Prefeituras? Não vamos enfrentar essa

discussão? Como vamos fazer isso em um País onde o dinheiro sobra ao governo federal - independentemente do partido que esteja no governo, pois essa realidade vem de muito tempo - e falta aos Estados e aos Municípios? Como vamos fazer isso sabendo que o pessoal da saúde ou os professores ou ainda os militares vão entrar em greve e que vai chegar uma hora em que, independentemente do partido a que pertença o Governador - PT, PSDB ou PMDB -, ele terá de dizer que estourou o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pois 48% do volume de arrecadação do Estado já está comprometido com a folha de pagamento? Assim, embora o Estado queira pagar mais aos policiais militares e civis, aos Bombeiros e aos professores, não pode fazê-lo, porque há uma lei federal que proíbe isso. E o Estado não tem dinheiro, que sobra do outro lado. Um policial federal ou um profissional de saúde federal ganha mais do que os colegas dos outros entes; daí, poderíamos pensar que o governo federal também deve estar estourando o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, que também vale para ele. Mas não! Pelo que me consta, o gasto com recursos humanos não chega a 30% do volume do orçamento da União. Acho que é hora de fazermos uma discussão sobre o volume de investimento em segurança pública por parte de todos os entes federados, para resolvermos esse gargalo de dinheiro e podermos dizer: agora temos gente bem remunerada, armamentos e equipamentos em número suficiente e vamos fazer um grande trabalho de combate ao "crack", por exemplo, para começar por um ponto específico. Todavia, o objetivo é combater toda a criminalidade.

Caminhando para a conclusão, Deputado João Leite, entendo que o momento nos impulsiona a essa reflexão, para que um não fique empurrando o problema para o outro, mas apenas expondo a questão com a devida clareza. A segurança pública não pode ser entendida como responsabilidade de um ente federado, mas como responsabilidade de todas as instâncias de governo, de todos os níveis dos entes federados. Não há como ignorar isso, porque, aí, sim, seria empurrar com a barriga. Se temos de mexer na legislação brasileira, vamos mexer! Aliás, temos de mexer em muita coisa. Por exemplo, como um País como o nosso pode continuar convivendo com um Código Penal e um Código Processual que é lá das calendas, de 1940? Como pode ser isso? Onde está o nosso Congresso Nacional? Por que não se aprofundou a discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, discutindo-se um financiamento para ela? Vamos falar com clareza, porque todos sabem que ela não andou por causa de financiamento; os Governadores deram o grito, assim como o fizeram o próprio governo federal e sua base. Não quero dizer que a culpa é da base do governo, mas apenas que ela acendeu a luz amarela, alertando-nos de que poderíamos aprovar uma proposta de emenda à Constituição que depois não teríamos como bancar. Então, vamos discutir o financiamento para sabermos como se vai pagar isso. É preciso discutir o financiamento, e entendo que este é um momento muito oportuno para isso, porque já ouvi os pré-candidatos à Presidência da República dizerem que a questão da segurança é dever da União, sim, e assumirem o compromisso de assim tratá-la. Isso está intrínseco na Constituição. Lá não consta que é

proibido, até porque há o Fundo Nacional de Segurança Pública, mas o dinheiro não tem vindo. Estou dizendo que, em valores reais, os investimentos em segurança pública em Minas Gerais mais do que dobraram nos últimos sete anos. Houve crescimento desse investimento, com consequências práticas, porque a criminalidade em Minas caiu a índices de 10 anos atrás. Enquanto praticamente em todos os Estados da Federação ela continua em gráfico ascendente, aqui ela teve uma queda; ainda está longe de ser algo razoável, mas houve uma pequena queda. Isso significa que estamos no caminho certo. Foi essa reflexão que quis suscitar: aqui, estamos no caminho certo.

Aproveito para fazer à representante da Seds um pedido que, ao final da reunião, Deputado João Leite, poderíamos formalizar em requerimento. Você deu aqui o testemunho de que a 7ª Região Militar é de fato um exemplo de integração, e isso vem sendo construído antes mesmo de se transformar em norma legal em Minas Gerais, o que é outro avanço do atual governo, que teve pulso e habilidade política, porque isso não se faz pela força, mas pela negociação e diplomacia. Para haver integração de fato entre as polícias, é preciso pulso e diplomacia. Assim, como aqui é um exemplo, precisamos que a Risp seja lícitada e construída. Hoje a Prefeitura vem colaborando com o pagamento do aluguel do local onde está funcionando a sede do Departamento da Polícia Civil e onde a 2ª Região Militar também está vindo se alojar, mas esse é um lugar improvisado, é um andar de um "shopping", sem nada a ver com a logística da segurança pública e sem o mínimo de estrutura de que ela precisa. Então, é preciso levar ao

conhecimento do Secretário que toda a região sente a necessidade de que a Risp seja licitada e construída e de que sejam licitadas a ampliação da Colônia Penal Floramar e a construção do espaço para os presos albergados, para que também se resolva o problema da superlotação da Floramar. Vamos fazer esse pedido por requerimento, mas espero que você leve isso ao Secretário, porque o papel do Legislativo é cobrar, e vamos continuar cobrando mais investimentos.

Quando fiz menção aos avanços que ocorreram é porque tenho consciência de que precisamos lutar por mais, principalmente no tocante à questão salarial. Podemos lutar por mais e obter um resultado concreto, principalmente no patamar de que precisamos. Não tenho dúvida que poderemos conseguir - a exemplo do pequeno reajuste conseguido este ano, a partir de 1º de maio - mais um pequeno reajuste no próximo ano. Hoje salta aos olhos que temos de melhorar a remuneração das nossas polícias. Mas ainda é pouco, o desnível está muito grande. Para se alcançar algo razoável, temos de ter coragem de discutir a questão em contexto nacional, indiferentemente de quem está governando o Brasil, Minas ou a Prefeitura. Esse grau de esclarecimento precisa chegar ao servidor público. Para o servidor público, quando se fala nesse assunto, queremos desconversar. Mas não é isso. Se não analisarmos essa questão da distribuição do pacto federativo e das responsabilidades entre os entes federados, o servidor público, tanto da polícia - principalmente ele - como da educação - que constitui o maior contingente -, será o mais penalizado. Isso porque o governante - qualquer que seja ele - vai se

esbarrar na bendita Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei que não pode cair, senão vira uma desordem a organização do Estado Democrático de Direito, do ponto de vista da gestão financeira. Então, Sr. Presidente, essa é a nossa ponderação. Agradeço-lhe a tolerância. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Registro, com prazer, a presença do meu irmão e amigo Ildes, que se encontra aqui conosco; e do meu irmão Djalma, grande líder da Igreja Batista de Divinópolis, querido amigo de muitos anos. (- Palmas.) É uma alegria contar com a presença do irmão Djalma, sempre firme. O primeiro inscrito é o Sr. Halph Carvalho, Coordenador da Casa de Recuperação Conexão Vida, a quem peço para vir à tribuna para se manifestar.

O Sr. Halph Carvalho de Oliveira - Boa-tarde aos componentes da Mesa, aos Deputados, às demais autoridades, enfim, a todos. Como dito, coordeno uma casa de recuperação para dependentes químicos e alcoólatras na cidade de Arcos. Nesse domingo, contamos com a visita da Deputada Maria Tereza Lara, para quem mostramos as condições da casa. Muito se falou aqui que um dos problemas da segurança pública é o constante uso de drogas. Na nossa casa de recuperação, desconhecemos políticas públicas que possam nos ajudar a manter a instituição. Hoje estamos num território do Estado e não recebemos nenhum tipo de ajuda do governo estadual. Trouxemos um documento para entregar ao Deputado João Leite. Seria possível, por exemplo, que o Estado tomasse conta da instituição, que ela se

Código do documento: 800762

tornasse uma instituição pública? Não tenho conhecimento e nunca estive em nenhuma casa de recuperação para dependentes químicos em que o Estado financiasse todos os gastos. Não conheço nenhuma. As casas de recuperação que existem na nossa região - em Arcos, Lagoa da Prata - recebem apenas uma subvenção das Prefeituras, que é muito pequena, porque a Prefeitura tem de aplicar subvenção em todas as entidades da cidade. Considero vergonhoso, mas é preciso dizer que hoje recebemos uma subvenção da Prefeitura de Arcos no valor de R\$800,00. Apesar disso, a casa tem de arcar com vários custos, como com psicólogos - encontra-se aqui a Maria Luzia, psicóloga da Casa -; com a coordenação; com monitores para dormirem com os internos; com alimentação; e com energia. Então, como estamos discutindo segurança pública, um dos grandes problemas - e é o agravante - é o uso de drogas, principalmente do "crack". Quase todos que se encontram na nossa casa de recuperação vieram do costume com o "crack". É necessário cobrar, penso eu. O Legislativo precisa cobrar a criação de políticas públicas visando ao combate das drogas, mas também precisa incentivar a criação de casas estaduais de recuperação para dependentes químicos, em que não se pague nada. Por exemplo, na casa de recuperação que coordeno, hoje o interno supostamente teria de pagar um salário-mínimo para permanecer lá. Porém, nem 20% dos internos têm condições de pagar um salário-mínimo. Então, enfrentamos dificuldades para mantê-la, para pagar aos funcionários. Então, fica aqui o nosso pedido para se tentar resolver não somente o nosso problema - seria muito egoísmo da minha parte. Solicitamos que se

criem políticas públicas que atendam às casas de recuperação para dependentes químicos e alcoólatras. E faço aqui o meu pedido específico: a nossa casa de recuperação precisa de ajuda, de reformas. Queremos construir lá uma casa para recuperação de mulheres. Gostaria, depois, Deputado, de entregar o documento nas suas mãos, para que chegue à Superintendência Antidrogas, a fim de que algo seja feito por nós.

Agradeço. Penso que, na área da repressão, como disse o Deputado Domingos Sávio, muito foi feito nos últimos anos. Porém, na área das drogas, vejo que nada foi feito. Reprimir o consumo de drogas, isso tem sido feito, mas quanto ao tratamento para aqueles que estão no vício, nada foi feito. Quanto à prevenção, algo tem sido feito nas escolas, mas quanto ao tratamento, repito, não se tem investido nada, portanto é algo que precisa ser analisado. Muito obrigado e boa-tarde a todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Halph. Você pode entregar os documentos publicamente, que os encaminharemos ao Secretário de Políticas Antidrogas do Estado, Prof. Cloves Benevides. Esse foi um trabalho pioneiro iniciado no Brasil. Eu era o Secretário de Desenvolvimento Social de Minas Gerais quando se criou a subsecretaria para tratar de questões relativas a drogas, que era coordenada pelo Prof. Elias Murad, hoje Vereador em Belo Horizonte. Hoje a Secretaria Antidrogas é coordenada pelo Prof. Cloves Benevides e mantém convênio com várias entidades do Estado de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa tem votado, todos os anos, recursos para o

Código do documento: 800762

tratamento de dependentes químicos. Houve um problema no início do ano em relação a recursos para comunidades terapêuticas, devido a entendimentos da nova lei eleitoral, que, de alguma forma, impedia a passagem de recursos públicos para entidades. Houve um esforço muito grande por parte dos Deputados e do Secretário Cloves Benevides. Na semana passada, houve parecer da Advocacia-Geral do Estado entendendo que as comunidades terapêuticas realizam uma prestação de serviço de saúde continuada. Por isso devem continuar recebendo os recursos.

Eles existem, e vamos encaminhar isso. Quem sabe a sua entidade será conveniada com a Subsecretaria Antidrogas do Estado. Mas é importante saber que precisamos de um novo entendimento dos técnicos do Brasil a respeito das comunidades terapêuticas. O Ministério da Saúde não entende que é um atendimento de saúde. Para ele, os atendimentos de saúde são os atendimentos dos Caps, cujo número é muito pequeno em Minas Gerais e no Brasil. A intenção do governo federal de repassar um bom recurso para o atendimento de usuários e dependentes esbarra nesse entendimento. Não sabemos como o governo federal poderá repassar recursos para as comunidades terapêuticas se o entendimento é de que elas não fazem atendimento de saúde.

O Sr. ... - Só para acrescentar, em Divinópolis também estamos enfrentando esse problema de não ser atendimento de saúde, e o Suas colocou na nova normatização que não é desenvolvimento social. Temos de resolver isso, porque não podemos gastar com SUS nem com Suas.

O Sr. Presidente - Há um limite. É importante dizer uma coisa a respeito do que nós, a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Rômulo Veneroso colhemos no Estado, e por isso vamos realizar o fórum técnico "Segurança pública: drogas, violência e criminalidade". Cerca de 70% dos crimes de Uberlândia estão ligados ao tráfico de drogas. Dados do Comando da Região Integrada de Segurança Pública de Contagem mostram que, em cada apreensão de armas da Polícia Militar, são apreendidas 300. Se pensarmos que Minas Gerais não produz drogas nem armas, há um grande furo. Lamentamos a ausência da Polícia Rodoviária Federal, porque nessa região temos duas grandes rodovias federais, a BR-262 e a BR-381.

Depois perguntarei ao Tenente-Coronel qual é o destacamento da Polícia Rodoviária Estadual. Vi um posto em Azurita, mas onde está o outro? Apesar de termos feito o convite, faremos requerimento para saber a respeito do efetivo da Polícia Rodoviária Estadual que cuida da MG-050.

Esse momento é importante. Temos uma crise em relação a algo que já constatamos. A polícia está prendendo muito, há uma atuação efetiva das duas polícias, mas a demanda é muito grande. A polícia tira um traficante e aparece outro, que abre outro boteco, porque há muitos usuários. Precisamos atuar no tratamento dos dependentes e usuários. Quando a Assembleia Legislativa analisar o Orçamento deste ano, vamos lutar para aumentar os recursos para o tratamento do dependente e do usuário. O tráfico é muito pesado, porque há uma demanda muito grande de drogas.

Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública.

A Deputada Maria Tereza Lara - Boa tarde. Cumprimento o Deputado João Leite, que está percorrendo todo Estado na busca incessante desse diagnóstico; Deputado Domingos Sávio, que é muito atuante e reside em Divinópolis, fazendo uma defesa intransigente da região; Deputado Rinaldo Valério, também de Divinópolis. É interessante que os dois Deputados da cidade estejam firmes aqui, o que é importante para nós, pois temos de somar esforços.

Cumprimento o Prefeito de Divinópolis, Vladimir Azevedo, que demonstrou bastante conhecimento a respeito de segurança e mostrou a importância da repressão e da prevenção nessa abertura. Cumprimento ainda toda a Mesa, o Ten.-Cel. Eduardo Campos; o Delegado Daniel Souza; a Delegada Aparecida, e, na sua pessoa, todas as mulheres presentes e as representantes das Secretarias Estaduais de Defesa Social, Saúde e Assistência. Cumprimento os Srs. José Vítor e José Levy, representantes da sociedade civil; Maj. Matos, do Corpo de Bombeiros; Defensor Público Capanema; Vereador Beto Machado - fui Vereadora e sei da sua importância -; o Ralph, que é da nossa diocese, da Renovação Carismática; faço questão de mencionar a Cristina e o Gustavo, que estão acompanhando-nos de longe, no Conselho de Mulheres e na Secretaria de Esportes; o Sr. Manoel Cordeiro, nosso assessor de Divinópolis; Manoel Messias, assessor do Deputado Odair Cunha, em cuja pessoa cumprimento os Deputados presentes; Promotor Fábio; e todas as autoridades presentes.

Prefeito e Major, estive aqui na Conferência Municipal De Segurança, conferência livre. Como Divinópolis não era obrigada a fazer a conferência, pois não tinha 200 mil habitantes, fez conferência livre. Então vemos o compromisso da cidade, dos Vereadores e lideranças com a segurança pública e com a integração. Estive presente, representando a Comissão de Segurança Pública, e quero registrar o compromisso de Divinópolis e da região.

O Deputado Domingos Sávio já disse que, na conferência nacional, foi muito pontuado que, de fato, segurança pública é uma política de Estado, e não de governo. Os governos passam, tem de ser política de Estado, que compete às três esferas de poder e à sociedade civil. Isso é muito importante para nós e tem sido o compromisso desta Comissão. Não estamos fazendo nenhuma disputa político-partidária, porque os objetivos desse tema devem estar acima. Essas disputas são legítimas e democráticas no período eleitoral, mas, fora isso, temos de fazer um tratamento da segurança como questão institucional.

Prefeito, percebo que o senhor falou nesse aspecto. Nesse sentido, vemos que houve um grande avanço, principalmente na integração das polícias. Temos visto isso em todo o Estado, que tem avançado graças à integração. Na própria polícia, há cursos de atualização para os policiais. Há uma valorização da polícia comunitária em todas as esferas, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, além de muitos lugares.

Presidente, ontem fiz questão de telefonar para a Polícia Federal, pois me preocupou o fato de ela não ter ido a Contagem. Fiz questão de ligar para o Dr. Daniel para dizer que também queríamos a Polícia Federal, que nos disse que já havia sido convidado pelo Presidente da Comissão e que estaria lá. Como disse, com esse objetivo e essa conotação, os aspectos são positivos.

Uma dificuldade do Estado é o que foi pontuado pelo Ralph: o tratamento dos dependentes químicos. Isso deve ser o somatório das esferas de poder. Vemos isso, e o próprio Presidente tem citado a importância desse investimento no próximo orçamento do Estado. Admiro o Dr. Cloves Benevides, Superintendente Antidrogas, pois é dedicado e realiza um competente trabalho. Ele mesmo, junto à Comissão, pontuou informalmente nos debates a necessidade de um maior investimento. Esse é um debate que a Assembleia e a Comissão terão de fazer junto ao governo do Estado, quando o orçamento chegar.

Ao mesmo tempo, queremos que o governo federal invista mais nessa área. Com muita alegria, vi na internet e na imprensa quando o Prefeito Vladimir disse, em uma reivindicação de Prefeitos, que o governo federal havia discutido esse tema. Entretanto ele resolveu atender à demanda do recurso para combate, não apenas ao "crack", mas a todo tipo de droga. Como pontuou, na prática o recurso de R\$410.000.000,00 deve ser disponibilizado. Essa é uma ótima atitude, mas, como o País é imenso, queremos e precisamos de muito mais. E sabemos disso.

Presidente, gostaria de pontuar aqui a importante questão dos Caps, sobre a qual li uma reportagem nesta semana. Não podemos fechar somente em uma saída. O Estado foi importante na atuação do tratamento pontual. Concordo com V.Exa. de que devemos valorizar as comunidades terapêuticas. Sei que alguns profissionais da saúde, que representam o SUS do governo federal e de outras instâncias, ainda têm resistência a essas comunidades. Conheço profissionais, que admiro, e percebi que possuem esse posicionamento. Essa é uma tarefa da nossa Comissão. É preciso fazer um debate desse aspecto.

O Deputado Fahim Sawan participa de uma comissão extraordinária, ele esteve em Betim e vem percorrendo o Estado para discutir a questão das drogas e da aids. Além disso, pontuou também o aspecto das comunidades terapêuticas. Não sei se lá há uma frente parlamentar - acho que não; não é Deputado? Há somente alguns Deputados que fazem uma pontuação. Devemos juntar forças, porque as comunidades terapêuticas são muito importantes; por meio delas, dá-se a participação efetiva da sociedade civil. Em inúmeros casos, elas infelizmente não estão preparadas no que diz respeito aos aspectos científicos da saúde, por isso devem ser ajudadas. São pessoas que têm vocação e que, na maioria das vezes, fazem trabalhos voluntários e campanhas para esse tratamento. Por esse motivo, é necessário somar forças. Precisamos dos Caps, das Secretarias Estadual e Municipais de Saúde e do Ministério da Saúde, para que possamos pontuar e fazer uma discussão aprofundada do assunto, além de convencer os profissionais de saúde que não acreditam nas comunidades terapêuticas a fazê-lo,

seja em que esfera for. Estamos convencidos de que, com certeza, é preciso unir forças com a nossa Comissão. No artigo que li, o próprio Presidente diz que quer uma unidade nacional, ou seja, unir todas as esferas do poder. Não se concebe nenhum aspecto se não unirmos forças dessas três esferas, principalmente em segurança pública e em droga, um problema gravíssimo nacional e mundial. É isso o que queremos pontuar aqui. Queria que os Deputados estivessem presentes; mas, daqui a pouco, falaremos com eles.

No domingo estive em Arcos numa visita à Renovação Carismática, da qual participo, e conheci a entidade, a casa de recuperação, em que o Ralph participa como funcionário e voluntário. Quando disse que estaríamos aqui hoje, achei interessante pedir o apoio da Comissão, porque a casa tem mais de 30 anos e a diretoria coordena os trabalhos há, mais ou menos, dois anos - não é isso, Ralph? Ocorre que o terreno é do Estado, mas a construção, da entidade. Os prédios já estão bastante estragados. Hoje há 16 jovens, ou melhor, 2 adultos e 14 jovens em recuperação na entidade. O governo municipal contribui com R\$800,00 por mês. Sabemos que a média de preço para a recuperação de um dependente químico gira em torno de R\$600,00 por mês, conforme avaliação que ouvi. Não sei muito bem se é esse o valor. Na entidade pedi aos internos que contribuam com um salário mínimo. No entanto, neste mês, dos 16 jovens, somente 3 contribuíram, pois são pobres com condições precárias. A entidade, que não atende apenas a Arcos, mas a toda a região, faz campanhas junto à sociedade para recebimento de recursos. Com tudo isso, eles

corajosamente estão dispostos a abrirem uma casa feminina. Proponho a todos, ao nosso Presidente, ao Deputado Domingos Sávio, Líder do Governo, e ao Deputado Doutor Rinaldo Valério, que é da região, que fizéssemos uma interlocução com a Superintendência Antidrogas para realmente conhecer o trabalho e estudar uma solução. O Estado possui uma cessão de espaço por 10 anos. Juridicamente, acredito que ele teria de absorver a casa, já que é seu terreno - o que é bastante interessante, pois está precisando - ou, quem sabe, ajudar na construção ou cedê-la pronta à entidade. Fica aqui uma questão pontual, muito importante e regional, para que possamos discutir com o espírito de unir forças, e não de culpar A ou B, pois devemos solucionar o problema dos jovens que estão lá. Conheci o trabalho deles, são pessoas realmente comprometidas, com vocação, alguns são até mesmo voluntários nessa situação. Por isso reafirmo que não podemos ignorar essas entidades de forma alguma.

Anos e anos, elas contribuíram sozinhas, agora não pode o governo, seja municipal, seja estadual, seja federal, achar que é dono da verdade e valorizar só um órgão oficial público. A mesma coisa com as creches. As creches conveniadas não podem ser ignoradas porque não queremos só escolas infantis públicas. É toda uma história de vida. Dessa entidade, por exemplo, são 30 anos. Queremos somar forças nesse debate e, se for preciso, até o próprio governo federal, que defendemos, mas questionamos e interrogamos quando necessário, porque temos compromisso com a população de Minas Gerais e queremos somar.

Agradeço a todos os presentes. Temos um assessor que ajudou a passar informações às entidades. Ficamos honrados em ter nossos colegas Deputados aqui, que deixaram a Assembleia para estar conosco. Como o Deputado Doutor Rinaldo Valério disse, esse é o compromisso dos Deputados, e está demonstrado na prática. Agradeço a todos que estão-nos ouvindo até agora. Além de estar conosco e nos ouvir, queremos que todos os órgãos aqui presentes somem forças, porque a segurança é prioridade no nosso Estado e no nosso país. A situação é grave. O "crack" é uma questão ainda mais séria. Não há saída se não unirmos forças: as três esferas do poder, a sociedade civil e a Assembleia de Minas, que não poderia, de forma alguma, estar fora disso. Obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Para ampliar um pouco a visão da questão de Uberlândia, o Heleno me trouxe alguns números da Fundação João Pinheiro. Uberlândia teve um aumento de 46% dos homicídios, todos ligados ao tráfico de drogas. No restante do Estado há diminuição da criminalidade violenta, mas Uberlândia, pelas suas estradas e por estar em divisa de Estados, é rota de tráfico de drogas, então há esse aumento de homicídios.

Espero encerrar a reunião até às 14 horas, mas não podemos perder a oportunidade de ouvir as autoridades. Queria fazer uma pergunta ao Ten. Cel. Eduardo. Na sua apresentação, há dados de Conceição do Pará, e queria que o senhor os explicasse. Se todos permitirem, também pedirei que a Dra. Aparecida responda. Indago também ao Tenente Coronel o seguinte: há uma companhia independente

de trânsito rodoviário estadual, que queria que o senhor nos informasse onde fica e como é seu comando.

O Ten. Cel. Eduardo Campos Paulo - Conceição do Pará é uma cidade pequena.

O Sr. Presidente - Eu e o Wilson conhecemos bem e a chamamos mais de Cardosos.

O Ten. Cel. Eduardo Campos Paulo - Conceição do Pará está sofrendo. Em 2009, Divinópolis sofreu quando apertaram o cerco em Betim. Itaúna também sofreu. No início de 2009, houve recrudescimento maior. Agora estamos apertando o cerco em Divinópolis e em Nova Serrana, e Conceição do Pará sofre intervenção de Nova Serrana, principalmente. Perto de Pitangui, há Brumado, um Distrito onde já houve vários crimes considerados violentos, e sabemos que esses assaltos são cometidos por marginais que estão em Nova Serrana. A criminalidade de Nova Serrana hoje tem contaminado. Perdígão, uma cidade pequena como Conceição do Pará, também está com problemas graves. Então, precisamos dar-lhes atenção. Temos feito operações com apoio.

O Sr. Presidente - Coronel, num dos crimes de Conceição do Pará, a vítima teve suas mãos cortadas. O senhor tem essa informação? Isso é característica de crime...

O Ten. Cel. Eduardo Campos Paulo - Tenho impressão de que essa questão da mão cortada não foi em Conceição do Pará. Lá há mais assalto a posto de combustível. (- Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Presidente - Mas há homicídios em Conceição do Pará também.

O Deputado Domingos Sávio - Só a título de informação, recebi ontem um comunicado em meu gabinete que precisa ser checado. É um comunicado feito por pessoas de lá, preocupadas, dizendo que, há poucos dias, foi encontrado um corpo que parecia estar com uma das mãos decepadas; que esse corpo foi encontrado no Rio Pará, em Conceição do Pará; que não é a primeira vez; que já houve outras situações semelhantes; que houve um período em que isso ocorreu com uma frequência grande, com corpos encontrados no rio. Isso é algo sobre o qual, obviamente, não teremos condições de avançar aqui, mas que requer uma investigação mais profunda porque, como o Deputado João Leite já começou a nos alertar, mutilação específica dessa natureza é indicativo de não ser um simples assalto ou homicídio. Pode estar envolvendo ações mais complexas.

O Ten. Cel. Eduardo Campos Paulo - Posso verificar essa situação. Na verdade, Conceição do Pará pertence ao 7º Batalhão, não ao 23º, mas temos que confirmar essa questão da mão em Conceição do Pará. Não sei se a Polícia Civil... (- É interrompido.)

O Sr. Presidente - Solicitaremos informações por requerimento.

O Ten. Cel. Eduardo Campos Paulo - Quanto à questão da Polícia Rodoviária Estadual, a sede da companhia hoje fica em Bom Despacho, muito bem-instalada. Há lá a Polícia Rodoviária Estadual e de Meio Ambiente juntas, que chamamos de 7ª Cia. Mate, de meio
Código do documento: 800762

ambiente e trânsito. Aqui em Divinópolis há um pelotão sediado na própria cidade. Há uma Polícia Rodoviária Estadual em Carmo do Cajuru e uma em Formiga, na 7ª Região. Esses são os pontos que temos na Polícia Militar. Só o de Bom Despacho não está na linha da 050, onde há maiores problemas de trânsito.

O Sr. Presidente - A 262?

O Ten. Cel. Eduardo Campos Paulo - A 262 é federal, e a rodovia federal não está em convênio com a PM.

O Sr. Presidente - Não está delegada?

O Ten. Cel. Eduardo Campos Paulo - Não está delegada, e ocorrem muitos acidentes na 262 também.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Aproveitando as perguntas feitas ao Maj. Luiz Antônio Alves de Matos, gostaria de saber sobre a atividade dos bombeiros em relação aos acidentes e aos resgates, realizados nas estradas federais. Como é a demanda desses atendimentos?

O Maj. Luiz Antônio Alves de Matos - Como já dito, estamos dispostos na BR-262, particularmente em Nova Serrana. Há demanda também pelo pelotão de Itaúna, quando há algum sinistro próximo, na BR-381 e ao longo da MG-050. Começamos por Itaúna e Divinópolis. Em Piumhi e em Formiga, serão feitas instalações provisórias, mas, em breve, serão instalados de forma definitiva os aquartelamentos, decorrentes de parceria público-privada da MG-050. Temos instalações de bombeiros em Passos e em São Sebastião do Paraíso.

Independentemente de a rodovia ser federal ou estadual, quando acontece um acidente, nós nos deslocamos e atendemos às ocorrências. Juatuba também, em decorrência da parceria público-privada, deve pertencer à área do 10º Batalhão. Por ser uma parceria público-privada, o Corpo de Bombeiros é a unidade executora responsável em fazer as aquisições e as manutenções. Nada mais lógico que o 10º Batalhão ter essa unidade executora para a devida gestão. Como dito aos senhores, segundo nosso Acordo de Resultados, nos locais onde há instalação de Bombeiros, o tempo de atendimento - do deslocamento inicial até o local da ocorrência -, salvo engano, está em torno de 5 a 7 minutos. Acredito que esse tempo de resposta é satisfatório, conforme o entendimento técnico.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, a Dra. Aparecida, que falará sobre Conceição do Pará. Dra. Aparecida, aguarde um momento, por favor, porque a Deputada Maria Tereza Lara também quer fazer pergunta à senhora.

A Deputada Maria Tereza Lara - Dra. Aparecida, quero fazer uma pergunta sobre a questão penitenciária. Por que essa minha indagação? Porque muitas vezes a questão penitenciária alimenta a violência, não só em Minas, mas também em todo o País. O problema penitenciário é grave em todo o Brasil. Há ou não uma superpopulação? Há humanização com vistas à profissionalização ou à ressocialização? Temos verificado de que maneira podemos contribuir ou pelo menos amenizar a situação. Ainda há presos com a Polícia Civil ou todos já foram assumidos pelo Estado?

A Delegada Aparecida Dutra de Barros Quadros - Deputada, iniciando por sua pergunta, informo que infelizmente temos vários presos custodiados pela Polícia Civil. Há ainda uma grande demanda por cadeias públicas. Eu as tenho em Cláudio e em Carmo do Cajuru. Em Carmo do Cajuru - numa cadeia sem condições e sem estrutura -, em razão de sua proximidade com Divinópolis e com Belo Horizonte, há uma média de 48 presos, 50 presos. O Estado vem disponibilizando agentes penitenciários para trabalho específico junto à Polícia Civil. São cinco agentes penitenciários. Agora teremos, conforme já solicitávamos, agentes penitenciárias femininas porque, em nossas cadeias, sempre há mulheres e homens. Não tínhamos agentes penitenciárias femininas.

Em minha região, Divinópolis, tenho apenas essas duas cadeias. Até março, salvo engano, havia 178 presos em Itaúna, um problema absurdo daquela cadeia pública. Todavia tivemos a assunção da Subsecretaria de Assuntos Prisionais. A cadeia pública de Pitangui é outra preocupação, pois muitos são os seus problemas. Há, ainda, a cadeia pública de Bom Despacho, onde houve uma rebelião, que a depredou. Acredito que os senhores tenham conhecimento desse fato. Essa situação problemática deu ensejo à possibilidade de interdição dessa cadeia por conta das suas condições atuais. Temos, ainda, problemas em localidades menores.

Na região, temos grandes presídios, como o de Floramar, que está com superlotação. Há penitenciárias em Formiga e em Pará de Minas, que comportam outros presos. Divinópolis é um presídio, não é

Código do documento: 800762

ainda uma penitenciária. Em Formiga e em Pará de Minas, existem penitenciárias.

Somos nós quem atestamos e certificamos a vinda de alguns detentos à nossa região. No entanto, percebemos que, quando em saídas temporárias, grande número de detentos do Presídio Floramar, que saem, não retornam. Temos de fato presos dessas duas penitenciárias. Eles saem e vêm para Divinópolis, porque residem aqui. Embora cumpram penas nessas cadeias, nesses presídios e penitenciárias, vêm para Divinópolis, onde partem para a prática do crime. Temos essa situação grave, para a qual precisamos estar atentos.

Não tenho aqui o número de presos que ainda estão por conta da Polícia Civil, mas sei que o número é elevado. Nossa Secretaria junto ao Núcleo de Gestão Prisional vem fazendo gestão e, a cada dia mais, desonerando a Polícia Civil desse encargo. Em nossas cadeias, temos uma infraestrutura com cinco agentes penitenciários, com o objetivo de desonerar os agentes de Polícia para o serviço investigativo. Essa é uma reclamação constante dos nossos Delegados, enquanto Diretores de cadeia pública.

O senhor fez outro questionamento ao Tenente-Coronel sobre a participação das Polícias Rodoviárias Estadual e Federal. Inicialmente falei acerca da proximidade de Divinópolis, Nova Serrana e Itaúna aos grandes centros, o que nos preocupa com maior intensidade. A BR-262 e a MG-050 são preocupantes. Precisamos desses dois atores para, conosco, discutir problemas. Precisamos realmente desses dois atores. A Polícia Rodoviária Estadual está mais próxima,

como bem explicou o Coronel, já a Polícia Rodoviária Federal, que fica na BR-262, enfrenta problemas em Nova Serrana, o que é preocupante.

Comentávamos que Nova Serrana importa infratores, que têm características das cidades onde a gestão de emprego ocorre em períodos.

Pessoas de todo o Norte de Minas e de outros Estados vêm a procura de emprego, sem qualificação alguma, e ali fixam residência. Uma vez não havendo mais atividade naquele período, partem para a prática de crimes.

Precisamos, sim, enfatizar a necessidade da participação da Polícia Rodoviária Federal nesse trecho, em especial em Nova Serrana. Esqueci de falar ainda sobre a região de Formiga, onde há roubos, furtos e assaltos em fazendas. A situação de São Gonçalo e de Conceição do Pará merece destaque. São cidades pequenas que estão sentindo a... (- Inaudível.) ...da criminalidade e não têm estrutura. É uma preocupação da Polícia Civil a falta de estrutura de pessoal para atender a demanda. Alguém disse aqui que, às vezes, há apenas um Delegado e dois agentes da Prefeitura na delegacia ou ainda um único agente, mais ninguém da Polícia Civil. Gostaria que o senhor levasse essa preocupação da Polícia Civil, pois essa carência de pessoal prejudica sobremaneira a atividade policial em todos os níveis.

O 7º Departamento possui 51 cidades, como bem disse o Tenente Coronel, e 380 policiais civis. Vemos grandes centros como Divinópolis com 220 mil habitantes e um efetivo irrisório. Em Cláudio

e em Cajuru há apenas um policial. Salvo engano, o Ten. Cel. Eduardo falou sobre Perdigão, onde não existe sequer um policial civil. O trabalho é realizado por agentes da Prefeitura, o que sobrecarrega o Delegado de Nova Serrana.

Essa é a realidade da Polícia Civil. Como diz o nosso chefe, bem que gostaríamos que fosse preto e branco, ou seja, que a corporação atendesse de fato dia e noite, porque essa é a nossa função, essa é a nossa cor, temos de trabalhar 24 horas por dia. Não temos mais condições humanas para fazer esse serviço.

Portanto, Sr. Deputado, solicitamos-lhe que faça essa gestão. Logicamente, entendemos que, por questão orçamentária, é quase impossível algo acontecer este ano, mas essa falta de estrutura deve ser discutida. Sei que o tempo é curto, mas não poderia deixar de passar em branco as palavras do Dr. Fábio e do Dr. Capanema, que se referiram a mais uma deficiência: a questão técnica, quando relativa a um inquérito de homicídio. São necessárias provas periciais, mas não contamos com um posto de perícia aqui, embora já tenhamos o terreno, doado pela Prefeitura, e a verba, constante no Orçamento, sendo metade do governo federal, metade do governo estadual. Encontramos entraves. Ontem mesmo conversei com o Chefe do Deop, para que pudéssemos avançar, tendo em vista que estamos entrando em período eleitoral e não conseguiremos fazer essa gestão. Ele nos disse que também esbarra em problemas administrativos locais. Quando apresentamos o projeto, a legislação municipal fez exigências que não conseguimos vencer. Agendaremos outra reunião, mas

gostaríamos que o senhor levasse essa situação e pedisse ao governo para interceder junto à diretoria de obras, de forma que retirássemos o nosso posto de perícia do papel. Grande parte dos trabalhos precisam de provas técnicas feitas em laboratórios. Oneramos não apenas os cofres do Estado ao levar e encaminhar diuturnamente ou semanalmente materiais para exame em laboratórios em Belo Horizonte, sendo que possuímos condições para ter nosso laboratório aqui em Divinópolis, atendendo as quatro regionais.

Precisamos também de espaço físico para que os policiais possam trabalhar. Digo-lhes que temos apenas três Delegados trabalhando. Contamos com um efetivo na Polícia civil, mas o espaço para realização da lavratura de um auto de prisão em flagrante não ultrapassa 2m². Há 40 anos, temos um espaço único funcionando no mesmo prédio e, embora outros Delegados também façam gestão, não conseguimos recursos suficientes para isso. O prédio sequer é do Estado, foi cedido pela Prefeitura.

Bem sei que o Deputado Domingos Sávio é nosso aliado. São essas as demandas que gostaria que o senhor levasse. Espero ter respondido e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - A senhora tem informações de Conceição do Pará?

A Delegada Aparecida Dutra de Barros Quadros - Estou aguardando-as. Como bem disse o Deputado, em caso de corte de mão, a execução é originária de casos típicos. Se não forem moradoras da região, certamente são pessoas mortas em outros locais e apenas

Código do documento: 800762

deixadas, desovadas, depositadas lá. Mas informo a V. Exa. daqui a pouco.

O Sr. Presidente - Obrigado. Gostaria de pedir à Delegada e ao Tenente Coronel que dessem uma atenção a Conceição do Pará, de acordo com algumas informações que temos.

O Sr. ... - Deputado, apenas uma observação. O Ten. Rodrigo, que está aqui conosco, representa a Companhia de Trânsito.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Ten. Rodrigo, ainda nos restam 5 minutos. O senhor poderia dirigir-se à tribuna para nos falar sobre o trânsito, sobre a MG-050, e se há alguma rodovia federal delegada à Polícia Rodoviária Estadual? Agradeço-lhe a presença. Pensei que não estivessem presente à reunião, mas ainda bem que o Coronel me corrigiu. Com a palavra, o Ten. Rodrigo.

O Ten. Rodrigo - Comandante, Deputados e demais membros da Mesa, boa tarde! Como disse o nosso Comandante, sou o Ten. Rodrigo, Chefe da Seção de Emprego Operacional, da 7ª Cia. de Meio Ambiente e Trânsito, sediada em Bom Despacho, especificamente no quilômetro 136 da MG-164.

Gostaria de falar sobre a MG-050 e as rodovias delegadas. Quanto às delegadas, há a BR-352, que liga esse trecho de Pará de Minas, passando por Martinho Campos; e as BRs-354 e 494, que, dentro do setor do 3º Pelotão Rodoviário, com sede em Divinópolis, estão entre as rodovias que nos causam preocupação em termos de acidentes. Além também da MG-050... (- É interrompido.)

O Sr. Presidente - Quantos quilômetros foram delegados à Polícia Rodoviária Estadual?

O Ten. Rodrigo - Teríamos de efetuar uma pesquisa para trazer esse dado para V. Exa., pois não o temos em mãos.

O Sr. Presidente - Faremos a solicitação por meio de requerimento. O senhor pode continuar. Obrigado.

O Ten. Rodrigo - As BRs-494, 352 e 354, que são rodovias delegadas, causam-nos preocupação em razão do índice de acidentes. Logicamente a nossa maior preocupação é a MG-050, em decorrência do fluxo de veículos e da maior incidência de acidentes principalmente nos feriados prolongados.

O Sr. Presidente - Tenente, a manutenção dessas estradas federais está delegada tanto à Polícia Rodoviária Estadual quanto ao DER?

O Ten. Rodrigo - A manutenção dessas rodovias delegadas é atribuição do DNIT; e das estaduais, do DER.

O Sr. Presidente - Quanto à segurança na MG-050, a polícia tem feito apreensões de armas e drogas?

O Ten. Rodrigo - Sim. Tanto a apreensão de armas de fogo quanto a de drogas tem crescido em comparação com o ano passado. Até no encerramento da última dezena, aumentou a apreensão de armas, assim como a de drogas, em decorrência da intensificação de operações e de maior atenção nessas rodovias.

O Sr. Presidente - De onde estão vindo essas drogas e armas? São armas de pequeno ou grosso calibre?

O Ten. Rodrigo - A maior apreensão das nossas armas, que, aliás, está no âmbito da 7ª Cia. de Meio Ambiente e Trânsito, é feita na zona rural, referente a pessoas com tendência à prática de crimes ambientais.

O Sr. Presidente - Então são crimes ambientais.

O Ten. Rodrigo - Mas nem por isso deixamos de fazer a apreensão de armas de fogo nas rodovias, mesmo que num volume menor. Quando essas apreensões são feitas na MG-050, geralmente elas vêm dessas cidades da 18ª Região e, em alguns momentos, de pessoas de outros Estados, como São Paulo.

O Sr. Presidente - E as drogas também?

O Ten. Rodrigo - Drogas também. Logicamente tem sido mais frequente em decorrência da intensificação das operações e da apreensão de drogas - papétes de cocaína, "crack", que, como V. Exa. disse anteriormente, tem-se tornado uma droga comum no nosso meio.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Ten. Rodrigo, pelas informações à Comissão... (- Falha na gravação.)

A Sra. ... - ...ou então a questão do homicídio, se comprovado que essa mão foi cortada. Como disse a nossa equipe, a mão carcomida pode ser por questão de animais. O corpo em si estava todo em decomposição.

O Sr. Presidente - Muito obrigado pelas informações.

Requerimento do Deputado Durval Ângelo, em que solicita a realização de reunião conjunta das Comissões de Segurança Pública e
Código do documento: 800762

de Direitos Humanos, para tratar de assuntos referentes à visita ao Presídio de São Sebastião do Paraíso e à possível tortura praticada em Monte Santo de Minas que envolve agentes e autoridades locais.

Farei a leitura de todos os requerimentos e os colocarei em votação no final.

Requerimento dos Deputados Domingos Sávio, Doutor Rinaldo Valério e Deputada Maria Tereza Lara, em que solicitam seja realizada reunião desta Comissão, com a finalidade de discutir a apuração de homicídios ocorridos em São José da Lapa e Vespasiano entre 2004 e 2009, supostamente cometidos por um grupo de extermínio. Essa audiência acontecerá amanhã na Assembleia Legislativa, às 10 horas.

Requerimento em que se solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para debater o tema "Ciclo completo de polícia", e sejam convidadas as pessoas e as autoridades da lista anexa.

Requerimento dos Deputados Domingos Sávio, Doutor Rinaldo Valério e este Deputado, solicitando seja encaminhado ofício à Superintendência do Banco do Brasil em Minas Gerais, em que se pede informações sobre as medidas tomadas pelo banco para ampliar a vigilância e a segurança em suas agências bancárias, conforme pactuado quando essa instituição bancária assumiu a folha de pagamento do funcionalismo estadual de Minas Gerais.

Requerimento em que se solicita seja encaminhado ofício ao Secretário de Defesa Social, pedindo providências para a construção

da sede da 7ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp - em Divinópolis.

Requerimentos que se pede se officie ao Secretário de Defesa Social solicitando providências para a construção de um albergue e a ampliação da Colônia Penal Floramar, no Município de Divinópolis, conforme exposição do Deputado Domingos Sávio, e para ampliação da estrutura dos órgãos de defesa social em Nova Serrana, tendo em vista o aumento da criminalidade nesse Município com reflexos nas cidades próximas, como São Gonçalo do Pará, Perdígão e Conceição do Pará.

Requerimento em que se pede se officie ao Comando da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil solicitando informações e providências em face do aumento da criminalidade no Município de Conceição do Pará.

Requerimento em que se pede se officie à Polícia Rodoviária Estadual solicitando informações sobre a estrutura, o efetivo, os postos de atendimento e os quilômetros totais sob jurisdição dessa corporação nas rodovias federais BR-381 e BR-262 na região Centro-Oeste do Estado.

Requerimento em que se pede se officie à Chefia da Polícia Civil solicitando a regionalização do Instituto de Criminalística no âmbito da 7ª Risp.

O Dr. Gustavo confeccionou mais um requerimento em que pede se officie à Polícia Rodoviária Estadual solicitando informações sobre as rodovias federais delegadas à instituição, com a identificação das rodovias e a quilometragem delegada.

Em votação os requerimentos, cada um por sua vez. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)
Aprovados os requerimentos.

Agradeço a presença de todos e aos convidados pelas informações prestadas à Comissão. Convido todos para nossa reunião final, que será o fórum técnico "Segurança pública, drogas, violência e criminalidade", a ser realizado nos dias 11, 12 e 13 de agosto na Assembleia Legislativa. Como solicitação também da Deputada Maria Tereza Lara, faremos contato com o Secretário Cloves Benevides - não é, Deputado Doutor Rinaldo Valério? - para que seja feito um convênio com a entidade de Arcos, aqui representada pelo Ralf e pela Dra. Marilsa, psicóloga. (- Intervenção fora do microfone).

Maria Luzia. Faremos esse entendimento.

Quero deixar um grande abraço para meu primo Wilson Leite e para toda minha família aqui. Tenho saudade mesmo, lembranças de Velho da Taipa, do Rio Pará.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, dos convidados e do público presente, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária de amanhã, às 10 horas, no Plenário da Comissão de Segurança Pública. Será às 9h30min, como lembra a Daniela Duarte. Agradeço à Daniela, à Ana e ao Dr. Gustavo a ajuda. Na reunião de amanhã trataremos das mortes, dos homicídios ocorridos em São José da Lapa e Vespasiano. A Presidência determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

